



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



ATA N.º 237

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, reuniu no Salão Nobre engenheiro Coelho e Silva, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Penela. -----

Presidiu à mesma o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Tiago Leonel dos Santos Aguiar, sendo secretariado por Marta Sofia Coelho Ramos (1ª. Secretária), e Hélio Ricardo da Cruz Machado (2º. Secretário).-----

Assembleia Municipal de Penela, Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal, Tiago Leonel dos Santos Aguiar, Isa Mara Ladeira de Almeida Filipe, Paulo António da Silva Roxo, Rita Margarida Domingues Luis, Álvaro Miguel Fonseca Mendes, Celso Rafael Clara Mendes, Marta Sofia Coelho Ramos, Hugo André Guilherme Rodrigues, João Rui Faustino Horta, Hélio Ricardo da Cruz Machado, Maria de Fátima Coimbra, Rosa Maria Ferreira, Célia Paula Craveiro Rodrigues Coelho e Miguel Filipe Fernandes dos Santos. -----

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: o Presidente de Junta de Freguesia da Cumeeira, João Duarte Mendes, do Espinhal, Luís Oliveira Henriques Dias, de Podentes, Anabela Cristina Pereira dos Santos e da União de Freguesias de Santa Eufémia, São Miguel e Rabaçal, Paulo Alexandre dos Santos Matias. -----

Faltas: Faltou o deputado António Manuel Mendes Lopes, que foi substituído por Maria de Fátima Coimbra, Olga Sofia Antunes da Silva que foi substituída por Rosa Maria Ferreira, Pedro Jorge Fernandes Alves que foi substituído por Célia Paula Craveiro Rodrigues Coelho, Ana Isabel Mendes Rodrigues que foi substituída por Miguel Filipe Fernandes dos Santos, Paulo Octávio Felisberto Correia Alves de Sousa, que não foi substituído.-----

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: A Câmara Municipal fez-se representar por Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos, Presidente da Câmara Municipal, pelo Vereador Luis Manuel Balão Fernandes, pelo Vereador António José dos Santos Antunes Alves e pela Vereadora Anabela Faria Mendes Monteiro. -----

Abertura da Sessão: Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Assembleia Municipal, Tiago Leonel dos Santos Aguiar, fez a abertura da sessão começando por cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos, os Senhores Vereadores, os Deputados Municipais, demais presentes e a todos os que assistem on-line a partir das plataformas digitais geridas ao serviço do Município.-----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

PONTO UM - REALIZAÇÃO PELA MESA DOS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:-----

A) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros que estiveram presentes nessa reunião.-----

B) INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE: O Presidente da Assembleia Municipal começou por dar conhecimento aos membros da assembleia municipal de que a Mesa recebeu uma moção apresentada pela bancada do Partido Social Democrata, e que também foi subscrita pela bancada do Partido Socialista, relativa ao “*reforço urgente*”



de efetivos, aumento do patrulhamento e requalificação do Posto Territorial de Penela da Guarda Nacional Republicana”, cuja discussão retomará mais adiante.-----

Logo de seguida solicitou à primeira secretária, Marta Ramos, que procedesse à leitura do resumo da correspondência recebida, da qual a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C) INTERVENÇÕES PELOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL: Após período de inscrição aberto pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra aos seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

O Deputado **Hugo Rodrigues**, começou por cumprimentar todos os presentes e dizer pretender prestar três anotações sobre a atividade do concelho, que ocorreram e que lhe apraz enaltecer. -----

A primeira, enaltecer aquele que foi o mês de abril, com o projeto Laço Azul, mês dedicado à Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. que foi visível por todo o concelho, felicitando os responsáveis pelo projeto desenvolvido e a sensibilização para o tema. Deixou, também, um elogio à organização da Semana da leitura e respetivas atividades. -----

Por último, enaltecer o trabalho da Companhia de Chanca, que esteve em São Sebastião, tendo assistido ao recital. Congratula-se pelo projeto e trabalho que tem desenvolvido, em prol da cultura, no concelho. De seguida disse pretender efetuar três pedidos de esclarecimentos sobre o trabalho camarário. O primeiro respeita ao comunicado da Casa Oliveira Guimarães, sobre o cancelamento e/ou adiamento da Bienal de Humor, pedindo esclarecimentos sobre tal situação. -----

Sobre um comentário seu, que tem sido recorrente, relativo às obras da escola, e como não se sente esclarecido, vem reiterar o pedido de esclarecimentos. Foi referido na última sessão da Assembleia que a CCDRC estava em período de transição, e como decorreram já dois meses de Presidência do Dr. Ribau Esteves e já foi efetuada a distribuição de pelouros, acreditando que o tempo foi curto, quer perceber o que há de novo sobre o assunto e quais são as expectativas para os Penelenses. -----

Tendo em conta que existem prazos definidos e financiamento ao abrigo do PRR, gostaria de saber qual é a estratégia prevista para a conclusão da obra e que expectativas podem ser transmitidas à população quanto aos prazos e à continuidade do financiamento. -----

O Deputado **Hélio Machado**, passou a ler a sua intervenção, cujo texto se transcreve:-----

Intervenção na Assembleia Municipal-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhores Secretários,-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal,-----

Senhores Vereadores,-----

Caros colegas Deputados Municipais,-----

Senhora Secretária,-----

Caros Municípes, aqui presentes e todos aqueles que nos acompanham pela internet, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Executivo Municipal, bem como os Executivos das Juntas de Freguesia, pelo trabalho desenvolvido na sequência das calamidades que recentemente afetaram o nosso concelho. Sabemos que não foi um processo fácil e que nem tudo terá sido possível concretizar, mas é justo reconhecer o esforço, a dedicação e o acompanhamento prestado aos nossos municípes. Foi, sem dúvida, um trabalho muito positivo, e por isso estão todos de parabéns.-----



Quero também deixar uma palavra de apreço ao Executivo da Junta de Freguesia de Podentes, pela organização de eventos “fora da caixa”, que revelam dinamismo e uma aposta diferenciadora que importa valorizar. -----

Aproveito ainda para desejar as maiores felicidades ao Executivo da União de Freguesias pela realização do Mercado do Queijo, que decorrerá já este fim de semana. Estou certo de que será, mais uma vez, um sucesso e um motivo de orgulho para o nosso concelho. -----

Em segundo lugar, não posso deixar de expressar o meu pesar por todos os penelenses que faleceram nos últimos tempos. Uns mais próximos, outros menos, mas todos deixaram a sua marca no nosso território. A todos, uma palavra de homenagem e de saudade. -----

Por último, gostaria de colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal — questões simples, que em nada pretendem beliscar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, mas apenas contribuir para o esclarecimento dos munícipes que nos ouvem. -----

Relativamente ao IC3 e a ER347 recentemente visitados por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, gostaria de saber se corresponde à verdade a informação de que o projeto de reconstrução da ER347 ainda não está em andamento e que o projeto de reconstrução da IC3 estará concluído apenas em junho, seguindo-se depois as fases subsequentes, o que poderá significar que não haverá reabertura deste troço ainda durante o presente ano. -----

Pergunto, assim, se este é de facto o ponto de situação e se existe algo que, enquanto munícipes, possamos fazer para apoiar o Executivo Municipal na pressão junto da Infraestruturas de Portugal, no sentido de acelerar este processo. -----

Ainda sobre este tema, gostaria de reforçar a necessidade de uma intervenção urgente por parte das infraestruturas de Portugal ao nível da sinalização naquele troço do IC3, em particular no que diz respeito à circulação de veículos pesados, cuja sinalética é manifestamente insuficiente e desadequada, criando riscos acrescidos para todos. -----

Relativamente à segunda questão, e considerando que estão atualmente em curso intervenções em quatro estradas municipais de grande importância para o concelho — três já previstas no plano de obras do município e uma decorrente das recentes calamidades — gostaria de saber qual o cronograma previsto para as estradas de Carvalhais, São Sebastião, Chanca e Torre Dona Jerónima, nomeadamente no que respeita à continuidade dos trabalhos e à sua conclusão, caso essa informação já esteja definida. Trata-se de vias fundamentais para a mobilidade no nosso território e, naturalmente, os munícipes que delas dependem gostariam de ter uma noção mais clara sobre o desenrolar das obras até à sua finalização tendo também consciência que os acontecimentos recentes provavelmente vieram alterar os cronogramas previstos para as 3 estradas que já estavam previstas. -----

Muito obrigado a todos pelo tempo dispensado -----

A Deputada Rita Luis passou a ler a sua intervenção, cujo texto se transcreve: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Leonor, -----



Estimados Penelenses e todo o público que nos acompanha, -----
Trago hoje a esta Assembleia o tema da habitação no concelho de Penela, num contributo sério, fundamentado e, acima de tudo, preocupado com aquilo que verdadeiramente importa: a capacidade de dar resposta às necessidades dos nossos Penelenses. -----
Todos sabemos, e isso foi assumido nesta própria Assembleia, que a habitação é uma das maiores lacunas do nosso concelho. Não é um problema novo. É um problema identificado há vários anos, com impacto direto na fixação de população, na atração de jovens e na qualidade de vida das famílias. -----
Em finais de setembro de 2024, foi criada uma expectativa legítima. Foi anunciado pelo Sr. Presidente e noticiado em vários órgãos de comunicação social o desenvolvimento de um conjunto de projetos que totalizavam cerca de 72 fogos habitacionais, distribuídos por diferentes freguesias do concelho, sendo que o primeiro concurso, relativo a 18 fogos, seria lançado nessa mesma semana. -----
Falamos de 18 fogos no Bairro de São Jorge, 12 fogos na Urbanização da Camela, mais 5 fogos também na Camela, 12 fogos na Urbanização da Venda das Figueiras, na Cumeeira, e ainda 25 fogos no Espinhal. Foi-nos dito, por diversas vezes, que estávamos perante uma resposta estruturada, com financiamento garantido no âmbito do PRR e com um objetivo claro: permitir que mais famílias, sobretudo da classe média, pudessem encontrar soluções de habitação no concelho, contribuindo para a sua atratividade e vitalidade. -----
Aliás, o próprio Senhor Presidente referiu, em várias ocasiões, que estas intervenções representavam “uma ação concreta” para dar resposta a um compromisso eleitoral, criando condições para fixar população e dar novas oportunidades às famílias. -----
Mas quando passamos da expectativa à análise concreta dos factos, a realidade que encontramos hoje é bastante diferente e naturalmente preocupante. -----
O primeiro anúncio de concurso foi feito em setembro de 2024, para o Bairro de São Jorge. -----
A adjudicação da empreitada aconteceu em novembro desse ano. -----
Mas a consignação da obra só ocorreu em fevereiro de 2025 cerca de cinco meses depois do anúncio inicial e três meses após a adjudicação. -----
Entretanto, foram sendo lançados os outros procedimentos, com prazos de execução entre 420 e 450 dias, o que, desde logo, exigia uma gestão muito rigorosa do tempo para garantir compatibilidade com os prazos do PRR. -----
Hoje, estamos a aproximar-nos do final desse prazo e, segundo tem sido referido publicamente, a execução terá de estar 100% concluída até agosto de 2026 e a realidade é esta: -----
Neste momento, estão em construção apenas os 12 fogos da Urbanização da Venda das Figueiras e os 12 fogos da Urbanização da Camela. -----
Sabemos que o projeto do Bairro de São Jorge, com 18 fogos, não avançou e se encontra em processo litigioso. -----
Sabemos que no projeto do Espinhal, com 25 fogos, o concurso ficou deserto. -----
Sabemos que no projeto da Camela, com 5 fogos, o concurso também ficou deserto. -----
E, olhando com prudência, mesmo não sendo especialista na área da construção, é evidente que, nos projetos em curso, o cumprimento dos prazos levanta sérias dúvidas. -----
O caso da Camela, por exemplo, dificilmente será concluído dentro do prazo definido pelo PRR. -----



E mesmo o projeto da Cumeeira, sendo o mais adiantado, levanta a questão de saber se o tempo restante será suficiente. -----

Isto leva-nos a uma reflexão que é importante fazer. -----

Tivemos uma oportunidade relevante, a possibilidade de aproveitar financiamento externo, sem sobrecarregar o município ou o Estado, para dar resposta a um problema estrutural do concelho. -----

Mas, aproximando-nos do final do prazo, aquilo que conseguimos concretizar fica muito aquém da expectativa criada. -----

Para além da execução, há também uma dimensão que importa referir: a forma como estas expectativas foram sendo geridas ao longo do tempo. -----

Foi criada uma expectativa legítima junto dos Penelenses, mas ao longo do processo não foi sendo feito um ponto de situação claro sobre aquilo que efetivamente estava a ser concretizado. -----

Dos cerca de 72 fogos anunciados, poderemos vir a ter, concluídos dentro do prazo do PRR, cerca de 12, na Venda das Figueiras. -----

Isto representa uma execução inferior a 17% do que foi anunciado. -----

Perante estes dados, todos nós nos questionamos: porque não se cumpriu o plano? -----

Para além da comunicação, que outros fatores terão falhado neste processo, com consequências tão significativas para o futuro do concelho? -----

Não falo de intenções, porque acredito que existiram, falo de resultados. Porque aquilo que fixa pessoas não são os anúncios, nem as promessas. Não são os projetos no papel. São as casas construídas. É a capacidade de transformar oportunidade em resultado. E é isso que os Penelenses esperam de cada um de nós. Porque, no fim, aquilo que realmente conta não é o que prometemos, mas sim aquilo que conseguimos cumprir. -----

Muito obrigada. -----

O Deputado **Paulo Roxo**, começou por cumprimentar o Presidente da Assembleia Municipal, os Secretários da mesa, o Presidente da Câmara, os Vereadores e os Deputados, a Leonor, o público presente e o público lá em casa. De seguida, disse vir deixar um justo reconhecimento, ao senhor Presidente da Câmara, pelo trabalho desenvolvido, passando a ler a sua intervenção, que se transcreve.

Resolução do problema do IC3 -----

O trabalho desenvolvido pelo Presidente do Município de Penela, Eduardo dos Santos, perante a situação crítica provocada pelo desabamento da EN347 /ex-IC3, na sequência da tempestade, merece um justo reconhecimento público. -----

Num momento de grande incerteza e impacto para a mobilidade da região, a sua atuação revelou-se marcada por sentido de responsabilidade, capacidade de liderança e uma notável prontidão na resposta. Longe de se limitar a gestão da crise, assumiu um papelativo na procura de soluções concretas, articulando esforços com diferentes entidades e colocando sempre em primeiro plano os interesses da população. -----

A identificação célere de uma alternativa viável à N347/exIC3, demonstrou não só competência técnica e estratégica, mas também um profundo compromisso com o bem-estar das comunidades afetadas. Esta intervenção vai permitir minimizar os constrangimentos causados pela interrupção da via, garantindo que pessoas e bens continuem a circular com maior segurança, eficiência e o socorro de pessoas e bens atempadamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Importa igualmente destacar a proximidade e a transparência com que todo o processo foi conduzido, reforçando a confiança dos cidadãos nas instituições locais. Em tempos de adversidade, é este tipo de liderança firme, pragmática e orientada para soluções que faz a diferença. ----- Assim, o empenho e a dedicação demonstrados neste contexto difícil constituem um exemplo claro de serviço público de excelência, dignificando o Município de Penela e todos aqueles que nele vivem e trabalham. -----

A Presidente de Junta da Freguesia de Podentes, **Anabela Santos**, leu também a sua intervenção, que se transcreve: -----

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários-----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhores Vereadores -----

Senhores Deputados, -----

Leonor Carnoto-----

Público aqui presente, -----

Público lá em casa, -----

Quero partilhar uma breve nota sobre algumas iniciativas que decorreram na freguesia. -----

Destaco, em primeiro lugar, as 1.as Jornadas de Valorização do Património Cultural, ao qual agradeço ao município o apoio no evento, sendo que a iniciativa partiu de um grupo de cidadãos de Podentes, que contribuiu para valorizar a nossa identidade e o nosso património. Estas iniciativas de envolvimento cívico são um exemplo interessante de dinamização do território e valorização do património e tem potencial para existir anualmente e até ser replicado noutras freguesias. -----

Refiro também a oficina de reparações, dinamizada por um grupo de cidadãos estrangeiros que escolheram a nossa freguesia para viver e que têm vindo a dar um contributo muito positivo à comunidade. -----

Quero ainda mencionar a caminhada na natureza, organizada pela Junta de Freguesia, que teve uma participação muito significativa e promoveu o contacto com o território e estilos de vida saudáveis, além de ter sido uma oportunidade para conhecer espécies da região e refletir sobre a importância da sua preservação. -----

Uma palavra de reconhecimento à CPCJ pela dinamização da campanha do Laço Azul, que assinala o mês da prevenção dos maus-tratos na infância. Ao longo do mês de abril, a Junta associou-se a esta iniciativa, com a colocação do laço e, este ano, também de uma bandeira, como forma de sensibilização. Quero ainda assinalar as comemorações do 25 de Abril, nas quais tive a oportunidade de estar presente, destacando os momentos de evocação e os discursos proferidos, que recordaram a importância dos valores de liberdade, democracia e participação, que continuam a orientar o nosso trabalho no poder local. -----

Aproveito ainda para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara um ponto de situação relativamente à reunião realizada em janeiro, no parque de máquinas, com os operadores, nomeadamente no que diz respeito à disponibilização do mapa de máquinas para a freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



18

Quero também manifestar a minha preocupação com a aproximação do verão e com a necessidade de limpeza das estradas florestais, sendo importante começarmos a articular esforços no sentido de planear essa intervenção atempadamente. -----

Termino com um agradecimento a todos os que, de diferentes formas contribuem para uma freguesia mais dinâmica, mais solidária e mais participativa. -----

A Deputada **Fátima Coimbra**, passou a ler a sua intervenção, que se transcreve:-----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhoras Vereadoras, e senhor Vereador, -----

Cara Leonor, -----

Exmas. Senhoras Deputadas e Deputados,-----

Caro público aqui presente e que nos assiste em casa, -----

Entre os dias 24 e 29 de março decorreu a semana da leitura, no pavilhão multiusos de Penela, uma iniciativa organizada pelo Município de Penela, em articulação com a Rede de Bibliotecas escolares, a Rede de bibliotecas de penela e o Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela. -----

Foi uma semana cheia de iniciativas, com momentos de leitura, contos, animação infantil, espetáculos de marionetas, momentos musicais e um concurso municipal de leitura. É de destacar a qualidade do evento, que tem vindo crescer de ano para ano, com benefício para a construção da perceção das crianças e jovens em relação à leitura.-----

Promover a leitura é uma tarefa fundamental do Estado, pois sem a leitura não se consegue promover a educação.-----

Um estudo recente da Eurostat realizado em 2022 revelou que 47,2% da população com mais de 16 anos não leu um único livro nesse ano, enquanto vários outros estudos e notícias reportam quedas acentuadas nos níveis de leitura, quando comparados com os níveis de escolaridade, hoje em máximos históricos.-----

A leitura tem inúmeros benefícios que não devem ser ignorados: melhora a compreensão de leitura, aumenta o vocabulário, a expressão oral e escrita; estimula o pensamento critico e aumenta a capacidade de análise; retarda o declínio cognitivo associado ao envelhecimento e a doenças neurológicas como a demência; reduz os níveis de stress e ansiedade.-----

Estas são competências fundamentais para uma vida equilibrada e saudável particularmente face aos novos desafios impostos pela sociedade digital. Apelo por isso ao Município que continue o bom trabalho nesta matéria, indo mais longe todos os anos na promoção da leitura. Promover a leitura é promover cidadãos fortes. -----

Obrigada. -----

O Presidente de Junta de Freguesia de Espinhal, **Luis Oliveira**, começou por cumprimentar todos os presentes bem como todos os que assistem em casa.-----

Referiu que, o assunto que traz, tem a ver com a situação da EN347, mais propriamente com a derrocada ocorrida aquando a depressão Kristin, questionando o Presidente da Câmara se tem a dizer algo de novo sobre o assunto e questionando se, o desvio é, ou não, viável. -----

Também o campo de futebol ficou em mau estado, pois, as chuvas fortes levaram todo o tout-venant, situação que se agravou com o aumento de transito naquela zona. Pediu, pois, que dessem atenção àquela situação. -----



Também na localidade da Cova da Lapa aumento o trânsito, contudo, a estrada é muito estreita, não sendo a solução, sobretudo para o trânsito mais pesado. -----

Deixou um agradecimento ao executivo da sua Junta de Freguesia, e em especial ao senhor Paulo Albano, pela organização do torneio de matraquilhos, que foi um sucesso. Um evento tão simples, mas que encheu a Casa da Cultura. -----

O Presidente da União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, **Paulo Matias**, passou a ler a sua intervenção que se transcreve: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Mesa, -----

Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, -----

Senhoras e. Senhores Deputados, -----

Público que assiste nas diversas plataformas digitais do Município -----

Secretária da Assembleia -----

Penelenses -----

Hoje venho aqui destacar dois assuntos: -----

XV Mercado do Queijo e dos Romanos 2026 -----

Começo por destacar, de forma muito positiva, a realização do XV Mercado do Queijo e dos Romanos no Rabaçal, que se realiza nos próximos dias 2 e 3 de maio. Trata-se de uma iniciativa que valoriza a nossa identidade, promove os produtos endógenos e reforça a atratividade do nosso território. -----

Destaco este ano a proposta do Executivo da Junta da União em promover nesta edição “O Queijo Solidário”, uma iniciativa direcionada aos nossos Bombeiros de Penela com a oferta de 500 unidades e assim, de uma forma simples todos podemos contribuir, com a aquisição de um ou vários Queijos Solidários no stand dos Bombeiros. -----

A organização conjunta entre a União das Freguesias e o Município é um exemplo de cooperação institucional que deve ser reconhecida e incentivada. Só assim podemos avançar, juntando esforços e sinergias! -----

Eventos como este não são apenas momentos festivos, são também instrumentos de desenvolvimento local, capazes de dinamizar a economia, atrair visitantes e afirmar Penela como um concelho com história, tradição e capacidade de inovação. Importa, por isso, garantir a continuidade e o reforço deste tipo de iniciativas, assegurando os meios necessários para que cresçam em qualidade e projeção. -----

Convido todos desde já a estarem presentes nestes dias e em especial no dia 3 de maio. O programa é de qualidade e certamente será do agrado a todos. Será uma forma bonita de celebrar o dia da mãe, e a população do Rabaçal merece. -----

IC3 -----

Não posso, enquanto Presidente de Junta, deixar de abordar o problema sério que afeta diretamente a vida das populações e a competitividade do concelho: a situação da EN347/IC3 na zona de Penela. -----

O corte da via, como todos sabem, tem causado constrangimentos significativos à mobilidade, prejudicando trabalhadores, empresas, socorro de bens e pessoas e todos aqueles que dependem desta ligação fundamental. Estamos a falar de uma infraestrutura estruturante, cuja degradação e interrupção não podem ser encaradas com normalidade nem resignação. -----

É urgente o arranjo e a reposição das condições de circulação com segurança e qualidade. Penela não pode continuar isolada nem penalizada por atrasos ou falta de decisão dos organismos públicos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Agradeço a intervenção afincada do Sr. Presidente na resolução deste problema e no seu empenhamento na resolução deste problema, junto dos organismos responsáveis. -----

O Deputado Álvaro Mendes, passou a ler a sua intervenção que se transcreve: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhores Presidentes de Junta, -----

(Representantes das instituições aqui presentes,) -----

Caros Múncipes, -----

Muito boa tarde. -----

Permitam-me, em primeiro lugar, dirigir uma palavra de profunda solidariedade e empatia a todas as famílias e empresas que foram afetadas pelos recentes acontecimentos que marcaram o nosso concelho. Este é o momento de reforçar a ajuda, a proximidade e o apoio concreto. É nestas circunstâncias que se revela a verdadeira força de uma comunidade — na capacidade de cuidar, de apoiar e de agir em conjunto. -----

Quero igualmente expressar um justo e sentido reconhecimento ao Município, às nossas Juntas de Freguesia, aos serviços municipais, à Proteção Civil, aos Bombeiros, às forças de segurança, às instituições particulares de solidariedade social e a todos os trabalhadores e voluntários que, com enorme dedicação e sentido de missão, estiveram no terreno desde a primeira hora. -----

O profissionalismo, a prontidão e o espírito de entreajuda demonstrados são motivo de orgulho coletivo. Mostram que, mesmo perante a adversidade, sabemos responder com organização, competência e humanidade. -----

Hoje, mais do que nunca, importa reafirmar o nosso compromisso com as pessoas, com a segurança da população e com a reconstrução — material e emocional — do que foi afetado. -----

Após os acontecimentos que abalaram o nosso concelho, ficou evidente algo que muitas vezes só as dificuldades revelam: a vulnerabilidade das nossas famílias, mas também a enorme capacidade de resistência da nossa comunidade. -----

Houve quem visse a sua casa afetada, comerciantes e empresas que ficaram com a sua atividade suspensa, idosos assustados, crianças confusas, famílias inteiras mergulhadas na incerteza. E é impossível ficar indiferente a essa realidade. -----

Não falo apenas de prejuízos materiais. Falo de tranquilidade perdida, de noites sem dormir, de medo e de angústia. E enquanto representantes eleitos, temos o dever moral de dar voz a essas preocupações e transformar solidariedade em ação concreta. -----

A nossa responsabilidade não termina no reconhecimento do esforço feito. Ela começa precisamente aí. É fundamental, neste momento, que haja total transparência e informação clara para esta Assembleia e para a população. -----

Solicitamos que sejam disponibilizados dados oficiais sobre o número de famílias afetadas e a avaliação global dos danos registados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Importa igualmente conhecer, de forma objetiva, quais os planos de apoio definidos, que equipas estão no terreno a assegurar a limpeza e a reposição dos serviços básicos, e qual o ponto de situação das intervenções em curso.-----

Também é fundamental que sejam identificadas as situações que permanecem por resolver e as medidas previstas para lhes dar resposta.-----

Senhor Presidente,-----

Relativamente aos apoios que o Município está a disponibilizar, importa que esta Assembleia conheça, com clareza, qual é o ponto de situação.-----

Quantos pedidos de apoio já deram entrada até à data?-----

Que tipologia de danos está a ser maioritariamente reportada — habitação, equipamentos, atividade comercial?-----

E quais são os prazos previstos para análise e resposta aos requerentes?-----

Penso que estas são questões essenciais para que possamos acompanhar, com responsabilidade, a eficácia das medidas adotadas e garantir que o apoio chega, em tempo útil, a quem dele necessita.-----

Permita-me ainda abordar uma questão que tem gerado grande preocupação junto da população: o estado das estradas municipais.-----

Sabemos que as vias foram fortemente afetadas e que a interdição da Estrada Nacional agravou significativamente os constrangimentos de mobilidade. Neste contexto, torna-se ainda mais crítica a situação da Estrada Municipal 562, que assegura a ligação entre Penela e São Sebastião.-----

Pergunto, por isso: que solução está prevista para esta via?-----

Está calendarizada alguma intervenção urgente?-----

Que medidas estão a ser equacionadas para garantir condições mínimas de segurança e circulação enquanto a situação da Estrada Nacional se mantém?-----

Estamos a falar de uma ligação essencial para trabalhadores, estudantes, serviços e transporte de bens. A mobilidade não é um detalhe, mas sim uma necessidade diária das populações.-----

É fundamental que exista uma resposta clara, com prazos e soluções concretas, para devolver normalidade e segurança a quem depende desta via.-----

Termino reiterando que o nosso propósito é claro: acompanhar, e contribuir de forma construtiva para que as respostas cheguem com eficácia a quem mais precisa.-----

Este é um momento que exige responsabilidade, transparência e compromisso coletivo.-----

Quero ainda saudar todos os munícipes aqui presentes, agradecendo a sua participação e o seu interesse na vida pública do nosso concelho. A vossa presença dignifica esta Assembleia e reforça a importância da democracia local.-----

Que esta participação não aconteça apenas em momentos de dificuldade ou de calamidade, mas que se torne mais regular e ativa. A construção de um concelho mais forte faz-se com envolvimento cívico contínuo, com proximidade e com diálogo permanente.-----

Obrigado-----

*A Deputada **Isa Mara Filipe**, passou a ler a sua intervenção, que se transcreve.*-----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa,-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhoras vereadoras, e senhor vereador,-----

Cara Leonor,-----



Exmas. Senhoras Deputadas e Deputados,-----
Caro público aqui presente e que nos assiste em casa,-----
Recentemente, no dia 8 de abril de 2026, o concelho de Penela teve a honra de receber a visita do Sr. Presidente da República, António José Seguro, no âmbito da iniciativa "Presidência Aberta".-----
Gostaria de destacar, por isso, com satisfação, a iniciativa do Sr. Presidente, que veio chamar à atenção para os problemas ainda sentidos na região, na sequência do comboio de tempestades do final do mês de janeiro.

Esta satisfação não pode, contudo, estender-se ao Governo em funções.-----
Como bem referiu o Sr. Presidente da República, em conferência de imprensa dada aqui mesmo em Penela, "Uma primeira conclusão desta Presidência Aberta é que, pelo menos, é preciso deixar de prometer às pessoas que se vão resolver os problemas com urgência, porque aparentemente é impossível resolver os problemas com urgência."-----

Caras deputadas e deputados, reparem no seguinte:-----

No dia um de fevereiro, o Primeiro-Ministro anunciou apoios que nas suas palavras se dirigiam "à reconstrução de habitação própria e permanente, para intervenções até dez mil euros, acessíveis a todos os cidadãos e famílias, sem necessidade de documentação, nos casos em que não haja cobertura de seguro." Prometeu, ainda, rapidez: apoios até cinco mil euros seriam decididos em três dias; apoios até dez mil euros seriam decididos em quinze dias.-----

Dois dias depois, sai uma Resolução de Conselho de Ministros em que se dá conta de que as candidaturas devem apresentar:-----

(i) prova do acionamento dos contratos de seguro existentes, com indicação dos montantes pagos ou a pagar, e dos montantes recusados;-----

(ii) prova de que a habitação é própria e permanente ou arrendada com contrato escrito;-----

(iii) declaração de não-dívida junto das finanças e da segurança social;-----

(iv) caracterização técnica dos danos: descrição do evento e nexo de causalidade com a tempestade, localização, registo fotográfico datado, e documentos de despesa (faturas e comprovativos de pagamento).-----

Não me entendam mal. Eu compreendo a burocracia, ou pelo menos uma pequena parte dela. O que não compreendo é que um Primeiro Ministro, posto perante uma crise desta dimensão, tenha escolhido iludir as pessoas de que o processo seria simples e rápido, quando não o seria, nem poderia ser.-----
Mas não poderia ser, desde logo, pela própria forma como o Governo desenhou o processo de atribuição dos apoios.-----

Passo a explicar porquê: em primeiro lugar, os apoios foram definidos de forma subsidiária em relação às coberturas de seguros, e depois envolveram a junção de uma série de documentos que deixaram as pessoas dependentes de entidades terceiras:-----

Da seguradora, que teria então que analisar primeiro os pedidos e responder recusando a cobertura, para que a pessoa se pudesse candidatar;-----

Dos empreiteiros, que teriam que se deslocar às habitações e fazer orçamentos;-----

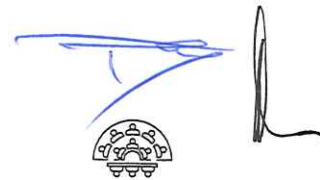
Da AT e da Segurança Social, que teriam que emitir declarações de não dívida, o que seria particularmente difícil para pessoas que não tivessem por exemplo acesso aos portais online. Ou até de pessoas que descobrissem, entretanto, que tinham uma dívida às finanças, e que ficaram impedidas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



se candidatar até pagarem a dívida. -----
Mas o processo nem sequer acaba aqui. -----
Organizados os documentos e submetido o pedido, começava ainda outra odisseia: -----
As Câmaras Municipais, sem mais recursos do que aqueles de que já dispunham, e com todo um território a pedir ajuda, ficaram obrigadas a fazer a avaliação das candidaturas, que, só no caso da CM Penela, foram cento e noventa. -----
Depois da avaliação pelas Câmaras, os apoios iam ainda às CCDR's para validação e decisão final, entidades que também não tiveram qualquer reforço de pessoal. -----
Ou seja, desde que a pessoa inicia o processo até que o apoio lhe chega às mãos, a pessoa depende de seis entidades diferentes. -----
E qual é que foi o papel do Governo neste processo? Primeiro, foi desenhar um procedimento complexo. Depois, foi iludir as pessoas em direto e dizer-lhes que se poderiam candidatar sem documentos, o que certamente teve impacto direto no volume de candidaturas apresentadas e no atraso na chegada do financiamento às pessoas. -----
No meio deste circo, que é mesmo assim, o que é que fez o Ministro da Economia? Deu uma entrevista no dia 28 de abril onde reconheceu que ainda existiam 20 mil pedidos por responder, mas apontou a culpa às Câmaras e às CCDR, dizendo simplesmente que o dinheiro já estava disponível há muito tempo.- Até pode estar. Mas eu pergunto: Porque é que o Governo não optou por conceder os apoios às pessoas primeiro, e entender-se com as seguradoras depois, com as quais inclusive reuniu dois ou três dias depois da tempestade? Porque é que o Governo não substituiu a avaliação prévia pelas Câmaras Municipais, pela avaliação direta pelas CCDR's, mediante a apresentação de uma declaração de honra pelos requerentes? E era assim tão fundamental submeter a aprovação de candidatura à declaração de não dívida? Porventura a tempestade passou apenas pelas casas de quem não devia dinheiro às finanças?! E em nome de que interesse é que foram excluídas as muitas pessoas do interior que não têm contrato de arrendamento escrito, por exemplo porque os contratos de arrendamento antigos eram, muitas das vezes, apenas verbais? -----
A conclusão é evidente: enquanto o Sr. Presidente da República demonstrou um imenso respeito e sentido de responsabilidade no tratamento da questão, priorizando-a na sua agenda, o Governo mostrou o inverso. E eu espero que Penela não se esqueça disso. -----
Sobre a Bienal do Humor é um evento cultural que, apesar de pouco compreendido pelo público do concelho, eleva o concelho culturalmente, até pela sua projeção internacional. -----
Não se vê nenhum ganho em que o evento deixe de se realizar. -----
Espera-se que, seja qual for a questão, possa ser ultrapassada, e que todas as partes envolvidas façam os necessários esforços nesse sentido. Obrigada. -----
A Deputada **Rosa Ferreira**, leu a sua intervenção, cujo teor se transcreve: -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, -----
Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras vereadoras e senhor vereador, -----
Cara Leonor, -----
Senhoras Deputadas e Deputados, -----
Caro público aqui presente e a quem nos acompanha em casa, -----



Gostaria de dar os parabéns ao Executivo pelo apoio recentemente conseguido para as obras de requalificação da Louçainha. -----

O contrato de financiamento assinado, no valor de 400 mil euros, prevê a requalificação dos equipamentos de apoio existentes, como os balneários, os pavimentos e os acessos, bem como a criação de novas áreas de lazer. -----

É por isso um financiamento estratégico para a valorização dos nossos espaços naturais, que promove a sua utilização por todos, a qualidade de vida, o convívio entre munícipes, e a coesão territorial. -----

Este resultado demonstra uma vez mais a capacidade de gestão deste Executivo, que através da captação de financiamento tem vindo a desenvolver muita obra pública que de outra forma não seria possível. -----

Muitos parabéns Sr. Presidente e Senhores Vereadores. -----

A Deputada **Marta Ramos**, após ter cumprimentado todos os presentes, referiu trazer um tema que é o mesmo que a todos preocupa e que assolou a nossa região. Houve edifícios e empresas que sofreram estragos. Disse ter visitado recentemente, em conjunto com outros deputados da sua bancada, uma associação, escolhida pela gravidade dos danos, a Filarmónica do Espinhal, que possui várias valências, passando a enumerar os danos sofridos. O que disse não é novidade, e já passou nas notícias, daí solicitar alguma informação sobre o que já foi feito. Sabe que a associação tem alguns mas parques meios, sendo altura do ano ideal para o fazer. -----

Aproxima-se a época dos incêndios e com as árvores derrubadas nos terrenos a situação torna-se mais grave. A remoção de combustível tem limite temporal para ser concretizada, daí, perguntar se há algum planeamento e o que foi já feito. Sabe que a CIM disponibilizou equipamentos e máquinas, perguntando se a Câmara o usou. Como? Por quantas horas? quantos kms? Estando uma equipa de apoio do ICN no concelho há alguns dias qual o tipo de intervenção que esta equipa já fez? Existe algum plano delineado e locais a intervir prioritariamente? Acarreta custos acrescidos para o concelho? -----

Referiu-se ao 25 de abril, lembrando a história da democracia e enalteceu as comemorações. -----

O Município de Miranda do Corvo, aqui ao lado, organizou a Gala da Chanfana onde esteve presente. Deixou uma observação, apesar de ser organizada por outro concelho é sempre gratificante e de salutar este tipo de evento pois traz e atrai pessoas ao nosso território. Foi uma gala muito bem organizada, que contou com a presença do Dr. Pedro Machado, representando o Governo, lamentando não ter estado presente ninguém do executivo. ----- 1

O Deputado **Celso Mendes**, passou a ler a sua intervenção, que se transcreve. -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, e senhoras vereadoras, -----

Cara Leonor, -----

Exmas. Senhoras Deputadas e Deputado, -----

Caro público aqui presente e que nos assiste em casa, -----

Os períodos de crise revelam a força de um líder. E este Executivo, liderado pelo Presidente Eduardo Santos, não deixou quaisquer dúvidas sobre a sua força. -----

Sabemos que nem todos os problemas estão resolvidos. Mas sabemos também que os problemas por resolver são aqueles que não dependem do nosso Executivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Este Executivo tem sido incansável na gestão do período pós-tempestade, o que bem se revela nas medidas tomadas no terreno para garantir a circulação, e nos contactos institucionais que manteve, e que ficaram sobejamente explicados pelo Presidente Eduardo Santos na anterior Assembleia Municipal, num exercício de transparência democrática exemplar. -----

Relativamente às medidas tomadas no terreno: -----

Foi reaberta a circulação na EM 562, que liga Penela a S. Sebastião; -----

Foi reaberta a circulação na estrada de Fonte de Cima; -----

Iniciou-se a intervenção na estrada Infesto - Torre Dona Jerónima, atualmente ainda em curso. -----

Nos contactos institucionais, destaca-se os muitos contactos formais e informais mantidos diariamente com as Infraestruturas de Portugal, I.P., o envio de ofícios ao Ministro das Infraestruturas, Secretário de Estado das Infraestruturas, ao Primeiro Ministro, ao Presidente da República, o convite aos Grupos Parlamentares para se deslocarem ao local, chamando particularmente à atenção para as obras cuja competência não cabe ao Município, referente ao IC3 e a ER 347. -----

Destacam-se ainda as várias entrevistas dadas em órgãos de comunicação social, a propositura de uma moção em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal para envio a diversas entidades, e o apoio às iniciativas populares e partidárias que surgiram de forma espontânea. -----

Estes esforços promoveram alguns contactos institucionais de relevo, que importa referir: -----

A reunião com o Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Silvério Regalado; -----

A reunião com o Presidente da Infraestruturas de Portugal, Miguel Cruz; -----

A receção dos deputados do Partido Socialista eleitos por Coimbra; -----

A visita do Sr. Presidente da República, António José Seguro, ao concelho de Penela. -----

O papel do Sr. Presidente da República merece particular destaque pelo seu efeito de contágio: só depois do anúncio da sua visita ao concelho de Penela é que se sentiu, no território, o interesse do Governo e das Infraestruturas de Portugal em resolver os problemas do município. -----

Particular destaque merecem também os deputados do Partido Socialista eleitos por Coimbra, pois foram os únicos que se deslocaram ao território, apesar de todos os grupos parlamentares terem sido convidados a comparecer. -----

Os problemas de circulação ainda não estão todos resolvidos. O maior deles continua hoje por resolver, mas sabemos que tudo está a ser feito para uma resolução com a maior brevidade possível.

O que pedimos ao Sr. Presidente é que prossiga todos os dias com a mesma determinação que teve até aqui, até que a circulação seja reposta com normalidade. -----

Trazendo também aqui outro tema, a Bienal do Humor Luís d'Oliveira Guimarães é um prestigiado concurso internacional de caricatura e desenho humorístico, com 9 edições realizadas, desde 2008, que homenageia o humorista Luís de Oliveira Guimarães. -----

Sendo um evento de cariz internacional, que atrai centenas de trabalhos de artistas oriundos de dezenas de países, constitui um evento cultural de referência no humor nacional e internacional. -----

Pelo que vi e li descrito em algumas publicações, apesar de pouca envolvência do público concelhio, é um evento de notoriedade internacional e como tal faz sentido a que se continue a realizar. -----

Não conhecendo os detalhes das questões levantadas, pelas partes envolvidas, apelamos a que façam um esforço, para que tudo seja ultrapassado. -----



Obrigado.”-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu, a todos, pelas suas intervenções e pelas muitas questões colocadas, dando a palavra ao Presidente da Câmara para comentar e responder. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dirigir um cumprimento a todos, passado de seguida a responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Começou por abordar a questão do Presidente da Assembleia Municipal, relativa à visita do Ministro das Infraestruturas no dia vinte sete de maio, que espera se concretize pois já foram enviadas, por duas vezes, ofícios a convidá-lo e a relatar as situações do concelho. Aproveitou para deixar ao Presidente da Assembleia Municipal um agradecimento e reconhecimento pelas diligências que este tomou e pelo elevado seu empenho em trazer o senhor Ministro ao território. *Desengane-se quem pensa que este não é o meu Governo pois, trabalharemos sempre com o Governo do nosso país e, a expectativa, é que haja as melhores condições possíveis para elogiar o seu trabalho.*-----

Respondendo ao Deputado Hugo Rodrigues, disse-lhe que houve um forte apoio do Município nos eventos, enaltecendo o trabalho do nosso município, da CPCJ e da Companhia de Chanca. Enalteceu, também, os técnicos do Município que tiveram uma preocupação especial.-----

Dirigindo-se à Deputada Fátima Coimbra, enalteceu as suas palavras, relativas à importância da leitura e ao incentivo da mesma, dado ter vindo a decair esse hábito. -----

Sobre a Bienal de Humor, disse que vai ser parco em palavras, havendo duas questões a ter em conta. *A Bienal de Humor é um evento internacional, organizado pelo Município, pela Casa Oliveira Guimarães e pela Junta de freguesia do Espinhal. É público e, na comunicação que foi feita a família também revelou alguma frustração sobre o desempenho da Bienal de Humor, no entanto, respondemos à comunicação demonstrando e reiterando a nossa vontade de dar continuidade ao evento. Entende que de momento, sem que haja uma reunião com a família, que acontecerá logo que haja oportunidade, não fará mais comentários. A Câmara está disponível para continuar a apoiar a Bienal ou outras iniciativas que possam acontecer na casa Oliveira Guimarães, mas, há que reunir primeiramente para tratar do assunto.*-----

Sobre a escola sede, estamos a aguardar por uma reunião com a CCDR e foi marcada para o dia vinte e oito de abril e remarcada para sábado, dia dois de maio, dada as dificuldades de agenda. Essa reunião, pelo que entendeu será com os municípios da CIMRC, onde serão tratados vários assuntos. Sublinhou que, no PTRR, está previsto um programa “escolas”, que prevê a sua renovação e de que deu conta. Temos o projeto pronto, a nossa escola foi identificada como prioritária, acreditando no Governo. -----

Sobre o Centro de Saúde, deu conta que a empresa é a mesma a quem foi adjudicada a construção do bloco no lote doze, na Camela, não havendo palavras para descrever a sua atuação. Soube ter ganho outras obras, o que o preocupa quando soube. Certamente será um assunto que irá ter um tratamento jurídico obrigatoriamente. -----

Sobre a intervenção do Deputado Hélio Machado, agradeceu-lhe as palavras e sobre a questão do IC3 e EN 347, é absolutamente verdade e lamentável. Referiu que o Presidente do IP anunciou e reiterou a informação dada de que, o projeto só ficará pronto em junho o que é difícil de compreender, sendo que tais timings não se coadunam com as necessidades do município, mas, tal como alegam, têm de cumprir as regras da contratação pública. No dia um de abril tivemos oportunidade de negociar com o Presidente do IP o financiamento para a execução de uma estrada paralela ao IC3, estando na mesa a elaboração do projeto de conceção/construção. O objetivo é a construção de uma via paralela ao IC3,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



ainda que temporária, tentando mitigar os danos para o concelho. Espera que o problema do IC3 seja corrigido definitivamente. Sobre a sinalização disse ter reportado o assunto ao Diretor do IP, que Já reforçou as medidas de sinalização. -----

Sobre as estradas referidas, disse existirem timings e procedimentos diferentes dando conta dos mesmos e do estado de cada uma delas. -----

Sobre a intervenção da Deputada Rita Luís, disse ter tido uma intervenção muito assertiva, escreveu o que o Município fez e, curiosamente, quando era Vereadora não falava dos projetos com tanto entusiasmo. Respondendo de forma muito direta sobre a sua intervenção, disse haver duas questões principais. Em primeiro lugar deixou um agradecimento enorme aos funcionários municipais, pelo trabalho realizado, que foi inacreditável, pois não tínhamos nada e, de repente, tínhamos milhões em candidaturas. Referiu que da parte da Câmara e, se houve falhas, foi feito tudo o que lhe competia. Era uma bandeira a questão da habitação sendo que foram feitas as candidaturas em tempo record. Depois teve de se esperar pelo IHRU. *Não enganámos ninguém, mas não conseguimos segurar o mercado nem escolher empresas. As obras foram ao mercado e em cinco procedimentos houveram três adjudicações, sendo que uma delas, a mais emblemática, o IHRU não foi suficientemente rápido. Falámos com alguma empresas de construção locais, que disseram não ser possível fazer as obras naquele prazo. Além disso, fomos confrontados com uma guerra na Ucrânia, com impacto significativo nos preços. Há também um problema gigante em todo o país, que afeta as empresas, a escassez de mão de obra. Por tudo isso, as coisas não aconteceram como desejávamos embora tenhamos feito o que nos competia. Na intervenção que fez parece que houve alguma falha nossa ou que não fizemos o que nos competia.* -----

Quanto à intervenção do Deputado **Paulo Roxo**, agradeceu-lhe a mesma. Referiu que o mérito não é seu pois trabalha em equipa com as Junta de freguesia, bombeiros, Proteção Civil e com todos, embora saiba ser o rosto mais visível da equipa, mas terá que dividir o mérito. -----

Sobre o IC3 e respondendo de forma transversal, aos que abordaram o tema, disse ter trazido um caderno onde se encontra compilada informação sobre todas as notícias que tem saído e sobre tudo o que tem sido feito sobre o IC3, para mostrar a quem quiser, entregando-o ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

Respondendo à Presidente de Junta, **Anabela Santos**, e restantes Presidentes de Junta ali presentes, referiu que na próxima semana, se tiverem disponibilidade, irá agendar uma reunião para falarem sobre o mapa das máquinas e outras questões. -----

Agradeceu ao Presidente de Junta do Espinhal a disponibilidade que teve junto do IP e do Presidente da República ao oferecer terrenos ao IP, para resolverem o problema da EN347, registando a sua gentileza e generosidade sendo que a Câmara municipal não pode intervir dado tratar-se de uma estrada pertença da IP. A IP diz que tem muitas mais estradas e mais importantes a intervencionar. -----

Sobre a intervenção do Presidente da União de Freguesias, **Paulo Matias**, relativa ao IC3, já falou. Esclareceu, sobre o Mercado do Queijo e dos Romanos, que o mercado em si ocorre apenas no dia três. No dia dois haverá uma conferencia, mais técnica e de capacitação, vocacionada para os agentes locais. -

Sobre a intervenção do Deputado **Álvaro Miguel**, referiu que a Deputada Isa Mara já o esclareceu em grande parte, passando a esclarecer a outra. O Município já recebeu no dia vinte e quatro de abril uma transferência de seiscentos e quarenta e quatro mil euros, acompanhada de uma carta da DGAL e de um despacho, que refere o seguinte: *Este apoio é no âmbito do fundo de emergência municipal e o objetivo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



[Handwritten signature and initials]

é capacitar os municípios com tesouraria, para que possam dar uma resposta imediata a um conjunto de danos, perfeitamente identificados. Serve para reparação de estradas municipais, escolas e outros equipamentos municipais afetados. É um reforço financeiro extraordinário para emergências municipais. É um mecanismo de gestão de caixa. Identificámos prejuízos municipais na ordem dos quatro milhões e seiscentos mil euros, que continuam a crescer pois, as estradas alternativas ao IC3 estão a ser sobrecarregadas. Sabe que no âmbito da intempérie já se despendeu mais de meio milhão de euros, dando conta disso mesmo e do que foi feito. -----

O montante que agora entrou, no fundo, veio repor aquilo que foi o investimento municipal e nada tem a ver com o apoio aos munícipes, que é uma questão diferente. -----

Informou que, sobre o ponto de situação das candidaturas de particulares, as mesmas transitam numa plataforma desenvolvida pela CCDRC, com limitações, mas que conseguiu extrair a seguinte informação: *o montante validado pela Câmara Municipal ascende a centos mil quatrocentos e setenta e três euros, o montante validado pela CCDRC é de noventa e cinco mil euros, o montante efetivamente pago pela CCDRC é de setenta e sete mil euros. O número de candidaturas foram cento e vinte e sete, em que sessenta e três foram pedidas correções aos requerentes.* -----

Sobre a intervenção da Deputada **Isa Filipe**, nada a dizer, pois, disse tudo. *Muito obrigada.* -----

Sobre a intervenção da **Rosa Ferreira**, agradeceu-lhe a referência efetuada, pois é bom, nesta altura tão má, termos esta notícia e assinar um contrato para requalificar a Louçainha. -----

Relativamente à questão da Deputada **Marta Ramos**, informou que a Câmara aquando do apuramento de estragos e prejuízos e sua comunicação à CCDR e à CIM, efetuou um trabalho de levantamento às associações sendo que, o edifício da filarmónica do Espinhal, foi devidamente registado e reportado a quem de direito. -----

No dia sete de março esteve reunido com o executivo da filarmónica e identificaram-se os problemas. Na altura, o que disse é que, no limite, se quem de direito não responder, a Câmara estará disponível para ajudar as associações, sobretudo as que tiverem atividade, em função do seu orçamento que também é limitado. -----

Sobre o jantar da Chanfana, organizado pelo município de Miranda do Corvo, respondeu que o Município esteve representado pelo Chefe de Gabinete, que o representou, o Dr. Tierri Lopes, dada a sua impossibilidade de poder estar presente. Referiu que, como este jantar, há dezenas de convites, dos mais diversos municípios, mas não se pode ir a todos. -----

Disse ter ficado curioso pelo facto de a Deputada Marta saber que estiveram cá equipas do ICNF, no terreno, e saber o que estavam a fazer, pois só foi informado de um dia para o outro da sua vinda. Por tal facto gostaria de ser esclarecido. Ainda, sobre essa questão, explicou que, de uma forma geral já tínhamos feitos a desobstrução de caminhos com a ajuda da Flopen, em cerca de cem quilómetros da rede viária florestal municipal, dos cerca de seiscentos quilómetros de rede viária florestal. No passado domingo, fomos contactados pelo ICNF a dar nota da disponibilidade de uma equipa, que foi criada sobre uma estrutura de apoio à recuperação com enfoque na gestão florestal e na desobstrução de vias, em que o CIPO – Comando Integrado de Prevenção e Operações, que trabalha com a estrutura de missão e com uma relação com o ICNF mobilizou uma máquina de rastos, uma D6, acompanhada de uma equipa de quatro operacionais para desobstruir caminhos florestais, considerados essenciais para a segurança e prevenção de incêndios. Os nossos serviços foram informados, apenas no domingo, da



Handwritten signature

chegada da máquina de rastros na segunda feira, com o objetivo de fazer a intervenção referida. Como tínhamos o trabalho de levantamento feito, a decisão técnica foi que os trabalhos decorressem na encosta da zona voltada para as Cerejeiras, na zona da Tola. Deu conta dos trabalhos realizados e informou que os custos para o município foram apenas o fornecimento de refeições e o abastecimento de combustível para as máquinas envolvidas na operação. -----

Por último, e, sem desvalorizar o que o município de Miranda fez, gostava de deixar os parabéns aos restaurantes locais que se tem associado às Semanas gastronómicas e tem colaborado com o município, sendo que as mesmas tem tido um impacto muito positivo na restauração e na economia local. -----

Terminado o período de esclarecimentos, os Deputados Hugo Rodrigues e Rita Luis manifestaram perante o Presidente da Assembleia Municipal que desejavam formular esclarecimentos adicionais no seguimento das respostas dadas pelo Presidente de Câmara às suas questões.-----

No uso da palavra o Deputado **Hugo Rodrigues**, relativamente à questão da Deputada Isa Filipe e sua interpelação, disse concordar em vários pontos, mas discorda noutros. É assim a política. Agradeceu as palavras do senhor Presidente da Câmara que o esclareceu sobre o ponto de situação das candidaturas pois, hoje, também esteve presente na reunião da CIM, que abordou o assunto sendo que há muito trabalho a fazer sobre as candidaturas.-----

Sobre a intervenção da Deputada Isa Filipe, referiu que a mesma efetuou um bom enquadramento, concordando que a comunicação do Governo foi um desastre; sobre a desburocratização dos processos estamos de acordo. O Doutor Ribau Esteves ficou admirado com a quantidade de tentativas de fraude/adulteração nas candidaturas. A Deputada Isa Filipe referiu ter havido comunicação, exaustiva, que disse não concordar. O próprio Presidente da Câmara disse, em relação ao centro de saúde, que a entidade se portou mal. Gostaria de saber o significado das suas palavras pois, certamente, existe um contrato com deveres e com penalidades.-----

Pediu esclarecimentos adicionais pois, sobre a Bienal de Humor, o Presidente da Câmara falou da frustração pelos resultados da bienal da organização, mas, pelo que sabe a reunião foi tardia. Sobre o IC3 e alternativa, perguntou se a mesma prevê a passagem de pesados, ou não.-----

A Deputada **Rita Luis**, referiu que, em momento algum, imputou culpa direta ao Presidente da Câmara apenas perguntou o que falhou. Disponibilizou-se para ajudar, quer agora, quer enquanto Vereadora num problema que considera estruturante para Penela, a habitação, sendo que alguma coisa falhou. Falhou desse logo a expectativa das pessoas. A exaustão dos processos, falada, não passou para as pessoas nem tão pouco os constrangimentos. Não sabe se foi o IHRU, se foi a Guerra da Ucrânia, se foram estes problemas geopolíticos? Não ficou, pois, esclarecida.-----

O **Presidente da Câmara**, sobre a Bienal de Humor, disse que não irá alimentar o assunto. Já respondeu e o assunto tem de ser tratado em privado e com elevação, como merecem as pessoas. -----

Sobre o “portar-se mal” é num dia tirar o telhado e no outro dia, porque chove, colocarem o mesmo telhado. Está à vista.-----

Sobre a alternativa da estrada ao IC3, é um projeto de construção/conceção, tendo dúvidas sobre o angulo de entrada e saída, sendo que o trajeto ainda não está definido, havendo duas possibilidades.----

Respondendo à Deputada **Rita Luis**, disse ser mais do mesmo. Passámos demasiado tempo a discutir o PRR. Era tanto dinheiro que a própria equipa de gestão do PRR não tinha noção de como o distribuir. Cometeram-se alguns erros, perdendo-se imenso tempo na definição do projeto, que, depois acabou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



por restar pouco para a sua execução. São problemas que afetam os trezentos e oito municípios do país. Ainda recentemente os dezanove municípios da CIM questionaram o Governo sobre: “e depois do PRR?”. A resposta concreta só ocorrerá depois do PRR.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse pretender fazer alguns comentários, sobre a visita do senhor Ministro da Infraestruturas, agendada para vinte sete de maio. Disse que ainda não está programado e/ou estruturado o formato da mesma, mas seria desejável acontecer dentro de uma reunião que envolvesse o executivo, os senhores Deputados Municipais e também representantes locais. A título pessoal, gostaria que o senhor Ministro trouxesse uma “prenda” e a essa prenda seria o projeto da obra.-----

Sobre a Casa Oliveira Guimarães, há que respeitar as motivações das entidades promotoras, as vontades de cada um. Disse ter uma preocupação sua que é cuidar de saber onde se encontra o espólio das nove edições e guardá-lo. Seria importante cuidar de saber onde está esse material pois além de histórico é de uma preciosidade incalculável. -----

Sobre a limpeza de caminhos florestais, existe também uma preocupação da sua parte pois Penela tem cerca de catorze mil hectares com cerca de seiscentos quilómetros de rede viária e está a aproximar-se a época dos incêndios. Acha que seria importante cuidar/limpar dos caminhos florestais e retirar o material combustível que permanece no chão, sob pena de poder vir a acontecer uma catástrofe.-----

Pela bancada do Partido Socialista foi entregue à Mesa uma nota de pesar, tendo o Deputado **Paulo Roxo** lido a mesma, transcrevendo-se o seu teor, não sem antes ter deixado um agradecimento redobrado ao Presidente da Assembleia Municipal por ter aceite a mesma.-----

NOTA DE PESAR-----

A bancada do Partido Socialista manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de José Henrique Abreu Marques Rodrigues, figura incontornável da nossa restauração e muito estimada por toda a comunidade. -----

Ao longo de décadas de dedicação, o José Henrique, através do restaurante "O Pastor", contribuiu de forma ímpar para a afirmação da gastronomia local, tornando o seu estabelecimento uma referência reconhecida muito para além do nosso concelho.-----

O seu profissionalismo, espírito de trabalho e capacidade de bem receber foram determinantes para a promoção de Penela enquanto destino de excelência, fortalecendo o dinamismo económico local. Neste momento de dor, a bancada PS endereça à família, amigos e colaboradores as mais sentidas condolências. -----

Penela perde um dos seus grandes embaixadores, cuja memória permanecerá ligada à história do nosso concelho e do seu tecido empresarial.-----

Terminada a leitura, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal colocado o assunto a votação, aproveitando para deixar as condolências à família e associar-se ao voto de pesar. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar apresentado. -----

Logo de seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** retomou o assunto relativo à moção apresentada e subscrita por ambos os grupos parlamentares, pelo reforço urgente de efetivos, aumento do patrulhamento e requalificação do Posto Territorial de Penela da Guarda Nacional Republicana, cujo texto foi lido pelo Deputado **Álvaro Mendes** e se transcreve:-----



Moção-----

Pelo reforço urgente de efetivos, aumento do patrulhamento e requalificação do Posto Territorial de Penela da Guarda Nacional Republicana.-----

Preâmbulo-----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia Municipal de Penela, no exercício das suas competências de intervenção política local e de defesa intransigente da segurança das populações, vem, nos termos legais e regimentais aplicáveis, apresentar a seguinte proposta de Moção, para apreciação e deliberação em sessão da Assembleia Municipal.-----

Considerandos-----

Considerando que o Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana (doravante designada pelo acrónimo “GNR”) de Penela desempenha um papel absolutamente essencial na garantia da segurança dos munícipes, quer ao nível da prevenção e combate à criminalidade, quer na resposta a acidentes e situações de emergência;-----

Considerando que, há já vários anos, o número de militares afetos ao Posto da GNR de Penela se encontra manifestamente abaixo do necessário, estimando-se que apenas cerca de dois terços dos efetivos previstos estejam atualmente preenchidos, o que se repercute na incapacidade, em diversos momentos, de assegurar patrulhamento regular e resposta atempada às solicitações da população, sendo frequentemente necessário recorrer a meios de concelhos limítrofes, nomeadamente de Condeixa-a-Nova;-----

Considerando que esta realidade assume contornos ainda mais preocupantes face às especificidades do território, designadamente:-----

- *Tendo em conta a vasta área florestal do concelho, que exige um reforço efetivo do patrulhamento preventivo, especialmente relevante num contexto de risco acrescido de incêndios rurais; E*-----

- *Tendo em conta o elevado índice de população envelhecida e vulnerável, frequentemente alvo de burlas e outros crimes associados à criminalidade dirigida a idosos, circunstância que reclama maior proximidade, vigilância e capacidade de resposta permanente;*-----

Considerando, ainda, o aumento da criminalidade itinerante, fenómeno que tem acompanhado o crescimento do volume de tráfego na A13, conforme demonstrado por dados estatísticos recentes, e que torna ainda mais premente o reforço dos meios de vigilância e intervenção no território;-----

Considerando que a situação se agravou com o corte da via IC3, que condiciona fortemente a mobilidade no concelho, aumentando significativamente os tempos de resposta das forças de segurança, sobretudo nas zonas mais afetadas por essa interrupção, colocando em risco a segurança de pessoas e bens;-----

Considerando, no que respeita às condições físicas do Posto da GNR de Penela, que, há cerca de seis meses, a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) realizou uma ação de fiscalização, da qual resultaram conclusões particularmente preocupantes, apontando que:-----

- *As instalações apresentam condições desadequadas ao exercício da função policial;*-----

- *Carecem de requisitos mínimos de segurança;*-----

- *Não oferecem condições adequadas de atendimento aos cidadãos;*-----

- *Podem, inclusivamente, constituir risco para a saúde dos militares que ali desempenham funções diariamente;*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



L

Considerando que os profissionais em serviço no posto são reconhecidamente competentes, dedicados e incansáveis, mas que o seu esforço não consegue suprir a manifesta falta de recursos humanos e materiais, nem ultrapassar as limitações estruturais existentes;-----

Considerando, por fim, que o concelho de Penela, à semelhança de qualquer outro município português, tem direito a um serviço de segurança pública eficaz, permanente e devidamente dotado de meios humanos e materiais, conforme previsto na lei;-----

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Penela delibere o seguinte:

Recomendar ao Governo, através de Sua Excelência o Senhor Ministro da Administração Interna, o reforço urgente do efetivo do Posto da GNR de Penela, de modo a garantir a sua plena operacionalidade;

Solicitar o aumento do patrulhamento no concelho de Penela, com especial incidência no patrulhamento florestal e na proteção das populações mais vulneráveis, designadamente a população idosa;-----

Reforçar a necessidade de combate à criminalidade itinerante no concelho, propondo o ajustamento dos meios de vigilância e intervenção à realidade do aumento de tráfego na A13;-----

Solicitar a realização urgente de obras de requalificação do Posto da GNR de Penela, garantindo condições dignas, seguras e adequadas ao exercício das funções policiais, em linha com as recomendações da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI);-----

Reafirmar que o concelho de Penela tem direito a um serviço de segurança pública eficaz, permanente e devidamente dotado de meios humanos e materiais, nos termos da legislação em vigor, à semelhança dos demais municípios do país.-----

A presente Moção deverá ser remetida às seguintes entidades:-----

- A Sua Excelência, o Senhor Ministro da Administração Interna;-----
- Ao Comando-Geral da GNR;-----
- Ao Comando Territorial da GNR de Coimbra;-----
- À Inspeção-Geral da Administração Interna;-----
- Aos Grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.-----

Penela, aos 30 de abril de 2026-----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia Municipal de Penela-----

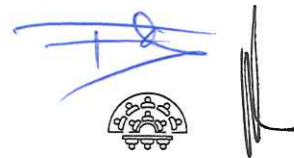
O Grupo Municipal do Partido Socialista (PS) na Assembleia Municipal de Penela-----

Terminada a leitura e atendendo a que o assunto não constava da Ordem de trabalhos, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal colocado à votação a inclusão do mesmo, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, incluir a Moção pelo reforço urgente de efetivos, aumento do patrulhamento e requalificação do Posto Territorial de Penela da Guarda Nacional Republicana.-----

Logo de seguida foi o assunto colocado a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a Moção pelo reforço urgente de efetivos, aumento do patrulhamento e requalificação do Posto Territorial de Penela da Guarda Nacional Republicana.-----

II – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação.-----

Tomou a palavra a senhora **Regina Nunes**, do Espinhal, que disse trazer um assunto relativo a ilegalidades verificadas junto a uma sua propriedade, no que que concerne a construções ilegais, fecho de estrada e ocupação ilegal de particulares.-----



Em primeiro lugar, referiu-se ao fecho e ocupação de um caminho público, que a Câmara tem conhecimento e nada tem feito ao longo dos anos.-----

Em segundo, referiu-se às construções abusivas, no limite da sua propriedade, que sem qualquer dúvida estão ilegais e sem projeto, com aumentos sucessivos das áreas construtivas.-----

Por último, disse querer comunicar à Assembleia Municipal que, em setembro de dois mil e vinte e três, apresentou uma exposição à Câmara e até ao presente momento não teve qualquer resposta, muito embora o Presidente da Câmara lhe tenha dito que iria ser contactada por um técnico, mas nada aconteceu.-----

Nesse sentido perguntou à Câmara quando é que pretende abrir o caminho ao público, ocupado ilegalmente e quando pretende tomar posição sobre as ilegalidades construídas na envolvente ao seu terreno. Queixou-se de que, constantemente, recebe queixas sobre a limpeza do seu terreno e dos pinheiros que plantou e que teve de cortar. -----

O Presidente da Câmara perguntou-lhe, para que a Assembleia Municipal também tenha conhecimento, há quantos anos foi iniciado o processo, tendo a senhora Regina Nunes respondido ter sido há muitos anos e em anteriores executivos. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu tratar-se de um assunto muito denso, até pelos anos que já passaram. Tem conhecimento de que, os reclamantes, entregaram várias cópias de requerimento efetuados. Por esse motivo, entregou o assunto ao então Chefe de Divisão para averiguar, que entretanto saiu e que foi recentemente substituído. -----

Disse tratar-se de um processo que o deixa desconfortável, pois não lhe agrada tanto tempo sem resposta. Tem, também, a noção de que, para lhe responder convenientemente terá que ser feito um enorme trabalho de pesquisa documental. O assunto será entregue aos serviços para ser avaliado e respondido. -----

O Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Presidente da Câmara que registasse o pedido exposto.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

PONTO UM - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA: O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, para explanar a atividade do Município, em harmonia ao preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Câmara disse ter preparado um resumo com destaque para os pontos mais importantes, por forma a não ser demasiado extenso, que passou a ler: -----

- Visitas institucionais - Neste período, a atividade municipal foi marcada por um conjunto de diligências institucionais destinadas a responder aos graves impactos provocados pelas tempestades de inverno, particularmente ao nível das infraestruturas rodoviárias, da proteção civil e da recuperação de equipamentos afetados. Neste contexto, o Município de Penela tem desenvolvido contactos permanentes com diversas entidades do Estado, procurando garantir respostas céleres e eficazes para os problemas que continuam a afetar a população e a atividade económica local. Entre as iniciativas realizadas, destacou-se a reunião de trabalho entre o Presidente da Câmara Municipal de Penela, e o Presidente da Infraestruturas de Portugal, Miguel Cruz, efetuada no terreno, na EN347 / ex-IC3. A visita incidiu sobre os troços mais afetados pela instabilidade dos terrenos e permitiu acompanhar os



trabalhos técnicos e de sondagem atualmente em curso, fundamentais para a definição das futuras soluções de reabilitação da via. Desta reunião resultou um entendimento entre as entidades para a criação de soluções temporárias que garantam acessibilidade, mobilidade e capacidade de resposta em situações de emergência e proteção civil, reconhecendo-se a importância estratégica deste eixo rodoviário para o concelho. Também o Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Silvério Regalado, reuniu com o Presidente da Câmara, tendo sido abordadas as consequências das intempéries, os danos registados em infraestruturas municipais e a necessidade de apoios rápidos às populações, empresas e autarquias afetadas. Particular destaque foi dado aos danos sofridos pelo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Penela, considerado essencial para a capacidade operacional da proteção civil no concelho. Contudo, o momento de maior significado político e institucional foi a visita do Presidente da República, António José Seguro, ao concelho de Penela, no passado dia 8 de abril, integrada na sua primeira Presidência Aberta dedicada ao acompanhamento das zonas atingidas pela tempestade. A visita presidencial representou um importante sinal de proximidade e reconhecimento das dificuldades vividas pelas populações locais. A receção decorreu no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Penela, reunindo autarcas, bombeiros, agentes económicos, deputados e diversas entidades locais. Durante a visita, o Presidente da República pôde constatar diretamente os elevados danos provocados pelas intempéries no quartel dos bombeiros, reconhecendo o impacto da situação sobre uma infraestrutura fundamental para a segurança e socorro da população. A deslocação prosseguiu para o troço interditado do IC3, entre a rotunda junto aos Bombeiros e o cruzamento para o Espinheiro, onde o Chefe de Estado tomou contacto direto com a gravidade da situação rodoviária que afeta diariamente cidadãos, empresas e instituições do concelho. Perante o cenário encontrado, António José Seguro manifestou solidariedade para com Penela e defendeu a necessidade de uma atuação rápida e articulada das entidades competentes, sublinhando a urgência de encontrar soluções para um problema que compromete a mobilidade, a segurança e o normal funcionamento do território. A presença do Presidente da República assumiu, assim, um forte simbolismo institucional e político, reforçando a visibilidade nacional dos problemas enfrentados pelo concelho e a necessidade de uma resposta concertada do Estado. -----

- No domínio das obras e investimentos municipais encontram-se a concurso várias empreitadas no concelho:-----
- Construção de edifício para habitação a custos acessíveis na urbanização Eira da Lage – Espinhal, no âmbito do PRR.-----
- Melhoria das acessibilidades em quatro imóveis do Município de Penela no âmbito do PRR – PIEP: -----
- Centro Comercial e de Artesanato de Penela; -----
- Posto de Turismo de Penela;-----
- Piscinas Municipais de Penela. -----
- Obras de requalificação de habitação unifamiliar, no âmbito do PIH; -----
- Pavimentação e valetas no Caminho Municipal CM 1195 e acesso a Viavai;-----
- Obras de conservação da Casa da Cultura do Espinhal;-----
- Alargamento do acesso a Viavai e construção de muro em Carvalhais; -----
- Requalificação viária em vários locais: Fetais Cimeiros, estrada dos Fetais para o Fojo e passeio na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Penela, em Penela. -----



Obras em execução, Por empreitada, prosseguem:-----

- Programa de Mobilidade Urbana Multimodal – Penela + Acessível;-----
- Requalificação do Centro de Saúde de Penela, no âmbito do PRR;-----
- Construção de edifício para habitação a custos acessíveis no Bairro de São Jorge, em Penela no âmbito do PRR;-----
- Pavimentação e remodelação das redes de drenagem de águas residuais e pluviais da Rua da Escola – Espinhal;-----
- Construção de edifício para habitação a custos acessíveis na Urbanização da Camela - lote 12, em Penela, no âmbito do PRR. -----
- Construção de edifício para habitação a custos acessíveis na Urbanização Vila Fernandes, lotes 9 e 10, na Cumeieira, no âmbito do PRR; -----
- Pavimentações em vários lugares no Ano de 2025;-----
- Alargamento da Estrada Vouzela/Carvalhais;-----
- Execução de valetas em vários lugares – 2025;-----
- Alargamento da Estrada Municipal 1188, entre Ordem e Chanca;-----
- Sinalização horizontal em vários lugares; -----
- Instalação de passagens hidráulicas nos lugares de Ferrarias e do Dueça (suspensão o procedimento de consignação até que as condições atmosféricas permitam a execução dos trabalhos);-----
- Recuperação viária da Estrada Municipal (IC3) – Senhora do Outeiro;-----
- Pavimentação da Estrada Municipal (IC3) – Senhora do Outeiro;-----
- Melhoria das acessibilidades em quatro imóveis do Município de Penela no âmbito do PRR – PIEP: -----
- Espaço Museu da “Villa Romana do Rabaçal”.-----

Ao nível da prestação de serviços: -----

- Aquisição de serviços para a constituição/manutenção de faixas de gestão de combustível em vários locais do concelho de Penela; -----
- Aquisição de serviços para elaboração de projetos de especialidades de requalificação do edifício dos Paços do Concelho de Penela; -----
- Aquisição de serviços de Consultadoria em Ordenamento do Território, Urbanismo, Arquitetura e Ambiente; -----
- Elaboração de projetos de engenharia para estabilização de talude em Estrada de São Sebastião – Penela; -----
- Criação e produção de Mural em Fonte Nova – Penela; -----
- Elaboração de projeto do Miradouro dos 7 Distritos e respetivos acessos (Aldeia de Ferraria de São João) -----
- No âmbito do **Planeamento Urbanístico**, decorreu o período de discussão pública da 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal de Penela, tendo sido elaborado e aprovado o respetivo “Relatório de Ponderação da Discussão Pública”. Foi igualmente deliberado a aprovação de um segundo período de discussão pública de 30 dias no âmbito da 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal de Penela.-----

Na área da **proteção civil e florestas**:-----

Procedeu-se ao acompanhamento das ocorrências registadas no território municipal decorrentes da Depressão Kristin, assegurando a articulação entre os Serviços Municipais e os Agentes de Proteção Civil.



Foram ainda desenvolvidos trabalhos de desobstrução da rede viária florestal e realizada a reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais no âmbito da qual foi analisada e deliberada a proposta do Plano Intermunicipal de Fogo Controlado para o período 2026–2030.-----

*No **setor da Cultura**, o Município marcou presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, promovendo o Património Histórico, Natural, Gastronómico e cultural do concelho com destaque para o Queijo Rabaçal DOP, o Vinho Terras de Sico e os agentes de animação turística locais.-----*

Realizou-se, também, a III Quinzena Gastronómica da Chanfana, uma iniciativa que contou com a participação de 10 restaurantes do concelho e que continua a afirmar-se como um instrumento de promoção turística e valorização de produtos endógenos. -----

Foi ainda celebrado o 168º aniversário da Sociedade Filarmónica Penelense, através de um Ciclo de Concertos Solidários, cujas receitas reverteram para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela, contribuindo para apoiar nos prejuízos causado pela Tempestade Kristin. -----

A Semana da Leitura e Feira do Livro de Penela, dinamizaram a atividade escolar e cultural do concelho, através de um vasto conjunto de atividades dirigidas a crianças, jovens e famílias, incluindo sessões de contos, teatro, música, oficinas e animação cultural. -----

Durante o Mês Abril o concelho associou-se às iniciativas para a sensibilização da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, envolvendo diversas entidades locais e projetos comunitários. -----

Na área da Educação, procedeu-se à realocação do Gabinete da Educação para o Edifício da Biblioteca Municipal António Arnaut, permitindo uma maior proximidade e melhoria do atendimento à população da comunidade educativa. -----

*Relativamente ao **Fundos Comunitários**, o Município tem atualmente 40 candidaturas em execução, o Município de Penela, a nível de realização, apresenta 3.860.955,56 de investimento elegível (21,01% face ao aprovado) e uma comparticipação recebida de 6.179.029,17€ (33,57% face ao aprovado). -----*

Neste período o Município tem aprovada a candidatura para a Requalificação do Espaço Natural da Louçainha, financiada no âmbito do projeto Crescer com o Turismo, que permitira valorizar e modernizar a Praia Fluvial da Louçainha, reforçando a acessibilidade, os equipamentos de apoio e a atratividade turística daquele espaço natural estratégico para o concelho e para a região centro. A intervenção contempla a ampliação e modernização dos equipamentos de apoio existentes (balneários, pavimentos, esplanada e acessos) e a criação de novas áreas de lazer e estadia. Pautados por princípios de sustentabilidade ambiental, social e económica, o projeto respeita e valoriza o património natural e paisagístico da Serra da Lousã, reforça a acessibilidade universal (consolidando a chancela “Praia Acessível”) e contribui para a diversificação e para reduzir a sazonalidade da oferta turística. Do ponto de vista territorial, o projeto insere-se em redes de oferta integrada, como as Aldeias do Xisto e as Praias Fluviais do Centro de Portugal, potenciando sinergias com outros recursos e equipamentos e gerando externalidades positivas na restauração, comércio local, produtos endógenos e economia de proximidade. Ao promover a valorização turística, a dinamização cultural e a inclusão social, a requalificação da Praia Fluvial da Louçainha afirma-se como um catalisador de desenvolvimento económico e social, reforçando a competitividade do concelho de Penela e do Centro de Portugal enquanto destino turístico sustentável, atrativo e diferenciador. O investimento total elegível previsto para a execução da operação é de 446,949.67€ e um financiamento de 400.000,00€, garantindo a plena



concretização dos objetivos e contribuindo para os resultados do Programa de Apoio Crescer com o Turismo.-----

- Importa ainda referir que, na sequência da tempestade Kristin, o Município procedeu ao levantamento exaustivo dos danos provocados e infraestruturas municipais, equipamentos públicos e património cultural, tendo identificado prejuízos muito significativos. Esse levantamento foi remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), que permitiu, já, a receção de um adiantamento financeiro destinado a assegurar o início urgente das intervenções prioritárias de reparação. Do referido levantamento resultou um montante global expressivo destacando-se: Património Cultural - 254.429,00€ e Equipamentos e Infraestruturas Municipais -4.855.010,88€. -----

Estes valores refletem a extensão dos danos identificados e a necessidade de intervenção célere e estruturada por parte do Município, tendo em vista a recuperação dos bens e infraestruturas afetados. Entretanto, e no âmbito das medidas de apoio à reconstrução e reabilitação das áreas afetadas pela tempestade, foi já rececionado pelo Município o montante de 644.118,00€, a título de adiantamento, nos termos do Despacho n.º 4842-A/2026, de 14 de abril de 2026, verba destinada a assegurar o início célere das intervenções prioritárias de reposição e recuperação dos danos identificados. -----

Este adiantamento constitui um instrumento financeiro essencial para permitir ao Município desencadear, com a urgência necessária, as ações de reparação e reabilitação das infraestruturas e equipamentos municipais, bem como a salvaguarda e recuperação do património cultural afetado, minimizando os impactos do fenómeno sobre a população e o território. -----

Quanto à Informação Financeira, referiu ter sido disponibilizada o Resumo diário de Tesouraria. Salientou algumas informações mais importantes, nomeadamente sobre a Monitorização e Acompanhamento do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, dando conta dos seguintes dados: -----

- O município celebrou, em 16 de novembro de 2012, um contrato de financiamento com o Estado Português destinado ao pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012 registadas no Sistema Integrado de Informação da Administração Local até ao montante de 2.313.527,86€. -----

O valor total recebido pelo Município de Penela ao abrigo do PAEL foi de 2.243.054,85€. -----

O Município tem vindo a pagar a prestações esta dívida e, em 2021 o Município procedeu ao pagamento de prestações no valor de 164.945,01€; Em 2022 pagámos 161.392,69€; Em 2023 pagámos 157.840,37€; Em 2024 pagámos 154.317,25€ e em 2025 pagámos 150.735,73€ e, neste momento, à data de 30 de novembro de 2025, o montante em dívida é de apenas 144.526,52€. Relativamente ao Plano de Ajustamento Financeiro o Município foi registada a comunicação sobre a suspensão da aplicação dos planos de ajustamento financeiro e das suas obrigações, nos termos do n.º 6 do art.º 6º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, com a redação dada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de a qual determina: A suspensão da aplicação do plano de ajustamento financeiro e das suas obrigações ao Município de Penela; A cessação da suspensão e a imediata reaplicação do plano se no decurso do presente exercício orçamental o município, por circunstâncias supervenientes e não conhecidas à data da submissão da informação no SIILAL, relativas a si e/ou às entidades participadas, verificarem que está posto em causa o cumprimento do referido limite da dívida total a 31 de dezembro, devendo de imediato comunicar tal facto à DGAL. -----



O Município de Penela cumpriu, em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro pelo que se mantém a suspensão da aplicação do plano de ajustamento financeiro bem como das suas obrigações. -- Terminada a apresentação do ponto um, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a quem pretendesse algum esclarecimento adicional. -----

Usou da palavra o Deputado **Hugo Rodrigues**, que disse pretender fazer apenas três observações, relativamente a informações passadas e a informações futuras do Presidente. Perguntou se amanhã começa a semana gastronómica da caça. Gostaria de saber se é realmente para avançar porque até à data não há nenhuma divulgação. A própria restauração de Penela, também precisa de divulgar. Existe algum plano de comunicação? -----

Sobre as estradas, o senhor Presidente, há pouco referiu na intervenção o procedimento que irá ser aplicado a cada uma das estradas. Perguntou, pois, se é possível adiantar algum prazo, ou se existe alguma expectativa e/ou previsões para as obras. -----

- Da informação do Presidente, ficou a saber da existência de um queijo solidário, no Mercado do Queijo do Rabaçal. Como não percebeu bem o conceito, perguntou em que consiste o mesmo. -----

O Presidente da Câmara, sobre a semana da caça, informou que está para sair a informação. Sobre as estradas disse preferir não adiantar nada. Quanto ao queijo solidário, deu a palavra ao Presidente da União de Freguesias, para que explicasse o conceito. -----

O Presidente da União de Freguesia de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, Paulo Matias, começou por dizer ser do conhecimento de toda a gente, que os bombeiros passaram e estão a passar por um momento difícil. A União de freguesias, com o pouco que tem que tem, quis fazer muito mais e foi esse o seu objetivo. Encomendou quinhentos queijos, que vai oferecer aos Bombeiros, que irão ter um stand no recinto do mercado, naquele dia, onde venderão o queijo solidário. -----

PONTO DOIS - PROPOSTA Nº. 5/PR/2026 – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º. GRAU: Relativamente ao assunto em título foi pelo Presidente da Assembleia Municipal, presente uma proposta da Câmara Municipal, propondo a aprovação do júri dos procedimentos concursais supracitados, dando a palavra ao Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da Câmara** procedeu a uma breve explicação do assunto, salientando que a proposta tem como intuito prover dois cargos de chefia. Um para a Divisão de Obras e Ordenamento do Território, o outro para a Divisão de Administração Geral. Os cargos foram preenchidos, em regime de substituição até ao desfecho do procedimento. Nesse sentido urge aprovar a proposta apresentada pela Câmara, no sentido de aprovar a designação dos respetivos júris de concurso. -----

Após as considerações efetuadas o **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra aos deputados. ----- Não se tendo verificado pedidos para intervir, foi o assunto colocado a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com nove votos a favor da bancada do Partido Socialista e nove abstenções da bancada do Partido Social Democrata, aprovar a proposta da Câmara Municipal, para designação dos júris propostos, para efeitos do disposto no artigo décimo terceiro, da lei número quarenta e nove, barra dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, com vista ao provimento de dois cargos de direção intermédia de 2º grau para a Divisão de Obras e Ordenamento de Território e para a Divisão de Administração Geral. -----



PONTO TRÊS – APIN/TRANSFERENCIA FINANCEIRA A CARGO DOS SÓCIOS – EXERCICIO ECONOMICO

DE 2025: O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que procedesse à apresentação do ponto em título.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu conta do relatório e contas da APIN, prestando alguns esclarecimentos adicionais. Deu conta de que, a APIN apresenta no ano de 2025 um saldo negativo, antes de impostos, no valor de 582.296,65€ e que, a participação do município no capital da APIN é de 6,77€. O valor da proporção da participação social no resultado negativo antes de impostos da APIN, é de 39.421,48€. Nesse sentido, é proposto pela Câmara Municipal a aprovação de uma transferência financeira para a APIN, na proporção da respetiva participação social no resultado negativo antes de impostos, que corresponde ao montante 39.421,48€ (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e um euros quarenta e oito cêntimos), com vista ao equilíbrio dos resultados do exercício de 2025.-----

Logo de seguida foi o assunto colocado à discussão da Assembleia Municipal.-----

Usou da palavra o Deputado **Paulo Roxo**, que passou a ler a sua apreciação, cujo texto se transcreve. ---

A APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior nasceu de uma ambição legítima: ganhar escala, eficiência e sustentabilidade na gestão de serviços essenciais como o abastecimento de água, saneamento e resíduos.-----

No entanto, o seu percurso inicial ficou marcado por dificuldades que hoje exigem uma análise crítica, clara e construtiva, foram, pois, os problemas de infância. -----

Desde logo, o modelo revelou fragilidades ao nível do equilíbrio económico-financeiro. O défice de exploração persistente indica que as receitas correntes não têm sido suficientes para cobrir os custos operacionais, o que levanta dúvidas sobre a robustez do planeamento inicial e a adequação das projeções feitas no momento da constituição. A isto soma-se os elevados custos de estrutura que, acaba por comprometer a sustentabilidade do serviço a médio prazo, transferindo pressões para o futuro.-----

Por outro lado, têm sido evidentes limitações na capacidade de resposta operacional. Seja na gestão de ocorrências, na manutenção de infraestruturas ou na comunicação com os utilizadores, subsiste uma perceção de insuficiência que fragiliza a confiança dos municípios. Um serviço desta natureza exige níveis elevados de eficiência, proximidade e previsibilidade, aspetos que ainda não foram plenamente assegurados.-----

O contrato de serviço público, que deveria funcionar como instrumento estruturante de equilíbrio entre obrigações, qualidade de serviço e sustentabilidade financeira, parece não estar a produzir os efeitos desejados.-----

Importa questionar se os objetivos definidos são realistas, se os mecanismos de monitorização são eficazes e se existe margem para revisão que permita alinhar melhor expectativas com a capacidade instalada. -----

Esta não é, contudo, uma crítica ao princípio da cooperação intermunicipal, que continua a fazer sentido em territórios de baixa densidade. É, sim, um alerta para a necessidade de reavaliar o modelo, corrigir desequilíbrios e reforçar a governação. Transparência, rigor na gestão, revisão tarifária ponderada e investimento na capacidade técnica são passos fundamentais para que a APIN possa cumprir plenamente a sua missão.-----



Em suma, o projeto precisa de ajustamentos sérios e corajosos. Ignorar os sinais de fragilidade apenas adiará problemas; enfrentá-los com realismo poderá ainda transformar a APIN num exemplo de eficiência e serviço público de qualidade.-----

Não se tendo registado mais pedidos para intervir, foi o assunto colocado a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a transferência financeira para a APIN, na proporção da respetiva participação social no resultado negativo antes de impostos, a que corresponde o montante de 39.421,48€ (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e um euros e quarenta e oito cêntimos), com vista ao equilíbrio dos resultados de exercício 2025.-----

PONTO QUATRO – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2025: Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que passasse à apresentação do assunto em título. -----

O Presidente da Câmara, relativamente aos documentos de Prestação de Contas referentes ao de 2025, prestou os seguintes esclarecimentos. -----

As contas de 2025 refletem aquilo que tem sido a nossa linha de atuação, rigor na gestão, responsabilidade financeira e investimento no território, desde logo A execução da receita 2025 rondou os 56%, cumprindo o objetivo legal e a capacidade efetiva de previsão e cobrança. Encerramos o ano com um saldo orçamental superior a quatro virgula nove milhões de euros e uma poupança corrente acima de um milhão de euros o que traduz equilíbrio e sustentabilidade financeira. Importa também sublinhar que o município se mantém muito abaixo dos limites legais de endividamento com uma margem financeira confortável e responsável.-----

Senhoras e senhores Deputados, um dos temas que se discute á a taxa de execução da despesa situada nos 57,36% com particular execução do Plano Plurianual de Investimento de 27%. Mas é aqui que importa também fazer uma leitura séria e rigorosa dos números, desde logo há o fator estrutural que não pode ser ignorado. O orçamento inicial de 2025 foi aproximadamente de vinte e quatro milhões de euros mas houve um montante significativo de obras, superior a sete milhões de euros que corresponde a mais de 30% do orçamento inicial que não teve execução devido não ter havido construção na HCC – habitação a custos controlados da Eira da Lage, a construção da HCC em São Jorge ter sido muito diminuta e a do lote nove, na Camela ter ficado deserto, ou seja, estamos a falar de quase um terço do orçamento que não se materializou em execução. Mas há mais, grande parte do investimento previsto, corresponde a projetos plurianuais e muitos deles financiados por fundos comunitários com um ciclo claro. A contratualização no momento, execução ao longo do tempo e pagamentos faseados. A isto acrescem os já hoje debatidos constrangimentos conhecidos, falta de mão de obra no setor, atrasos de empreitadas, atrasos na aprovação dos projetos, por parte do IHRU, no caso, do edifício da Eira da Lage. Se olharmos para o conjunto, a leitura é clara, temos contas equilibradas, temos capacidade de gerar receita e poupança, temos um nível de endividamento a reduzir e temos investimento em curso no terreno. Na altura mais complexa dos últimos anos do município, por via das intempéries, temos também um acréscimo orçamental que nos vem dar muito jeito, ou seja, não estamos perante um problema de falta de execução, estamos perante um modelo de investimento exigente, plurianual e em desenvolvimento e isso é uma diferença fundamental. -----

Dada a extensão dos documentos, irei abordar algumas questões de forma muito sintética. Nos recursos humanos dizer que atualmente o município conta com cento e quarenta e sete funcionários municipais.



Se subtrairmos os trabalhadores que vieram transferidos, no âmbito da educação e daqueles que tiveram que contratar no âmbito do auto de transferência da saúde temos cento e treze, o que nos coloca abaixo dos números de 2019, ligeiramente acima de 2020, portanto, em linha com os números dos últimos três anos, antes da transferência de competências. É um facto que o salário tem vindo a subir, mas, bastará não contratar ninguém que, chegando a janeiro do ano seguinte os custos sobem devido às questões dos aumentos salariais na função pública e pelos aumentos salariais da progressão na carreira, por via do SIADAP. -----

Portanto, o orçamento teve uma previsão inicial de vinte e quatro milhões, duzentos e dezanove mil euros, depois teve uma previsão corrigida de dezassete milhões, quatrocentos e catorze mil euros, a receita cobrada líquida foi de catorze milhões, oitocentos e dezanove mil, quinhentos e vinte e quatro euros e trinta e sete cêntimos. Conclusão, a taxa de execução do orçamento da receita foi de oitenta e cinco vírgula cinquenta e seis por cento. Comparativamente com o ano de 2024, verifica-se um acréscimo da receita cobrada líquida, no valor de dois milhões, duzentos e setenta e três mil euros e verifica-se um decréscimo na receita própria, no valor de cento e sessenta e nove mil euros. -----

No orçamento da despesa verifica-se a mesma coisa, iniciámos com vinte e quatro milhões, duzentos e dezanove mil euros que corrigimos para dezassete milhões, quatrocentos e catorze mil euros, a despesa paga foi de nove milhões de euros, novecentos e oitenta e oito mil duzentos e cinco euros e noventa e três cêntimos, a taxa de execução do orçamento da despesa foi de cinquenta e sete vírgula trinta e seis por cento. O saldo orçamental para a gerência seguinte foi de quatro milhões, novecentos e onze mil euros e foi cumprido o estabelecido no artº. 40º. da lei 73/2013 de 3 de setembro relativo à obrigação de garantir o equilíbrio orçamental. -----

Em 2025 conseguimos manter o prazo de pagamentos abaixo dos trinta dias. As contas foram auditadas e obtiveram a certificação legal, emitida pela empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões e Associados, Sociedade Revisora Oficial de Contas. Mantemos a proposta da dispensa da aplicação do plano de ajustamento financeiro, uma vez que o Município de Penela em 31 de dezembro cumpre o limite da dívida total, nos termos do art. 52º. da Lei 73/2013, de 3 setembro. -----

Concluindo a sua intervenção, referiu que a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal deliberar sobre o seguinte:-----

*- A continuidade da **suspensão da aplicação do Plano de Ajustamento financeiro** e das suas obrigações nos termos do nº. 6, do artº. 6º. da Lei nº. 43/2012, de 28 de agosto. -----*

*- A **Aplicação de Resultados**, uma vez que de acordo com as demonstrações financeiras do ano de 2025, o resultado líquido do exercício ascendeu a quarenta e dois mil duzentos e trinta e cinco euros e oitenta cêntimos positivos, que se pode verificar tanto na Demonstração dos Resultados como no Balanço. Propõe-se que o montante do resultado líquido do exercício no valor positivo de 42.325,80€ seja transitado para a Conta 56 – “Resultados Transitados”. -----*

*Logo de seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o assunto à discussão, usando da palavra os seguintes deputados: -----*

*O Deputado **Hugo Rodrigues** referiu “existir uma capacidade de endividamento e um saldo de gerência relevante, ou seja, há recursos e falta executar aquele que é o Plano proposto pelo Município por forma a que possamos alavancar e sermos competitivos no terreno relativamente ao concelho. Ouvi com atenção o que disse o Presidente da Câmara, quando disse não ter havido incapacidade de execução,*



mas que, houve sim cronogramas curtos. Desde o momento em que, desde 2024, as obras com a habitação e com o centro de saúde começaram, e, decorridos dois anos de execução, olhando para os mapas do Plano Plurianual, é francamente baixa a capacidade de execução, estando ciente não ser culpa dos cronogramas curtos. Existem certamente constatações a fazer. -----

Relativamente ao Mapa de pessoal, o senhor Presidente tem toda a razão. Se olharmos para a transferência de competências, no ano de 2019, o número passou a ser maior. Mas há também que recordar que, nesse mesmo ano, houve grande transferência de trabalhadores do Município para a APIN. Feitas as contas e, se calhar, o Município ao longo destes tempos, tem tido sempre o mesmo número de trabalhadores, olhando para a atividade que tinha expurgando o serviço de águas e a transferência de competências. O que não é bem igual são os gastos que se tem com o pessoal, que subiram em mais de cinquenta por cento desde dois mil e dezanove até agora. Vicissitudes do ordenado mínimo, tem essa noção, custos com pessoal, a tentativa de alavancar a contratação e uma reconversão daquela que é a estrutura camararia onde deixou de se contratar assistentes técnicos para contratar técnicos superiores, acreditando que será a melhor estratégia para o Município. Deixa também essa consideração.-----

O Presidente falou também que a receita cobrada aumentou, cerca de dois milhões face ao ano anterior, isso serve muito sobre o que falou, sobre o saldo de gerência que transitou para este ano, que, comparável com o ano anterior é bem maior. -----

Sobre o prazo médio de pagamentos, está abaixo dos trinta dias, mas, comparando com o ano de 2024, passou de quinze dias para vinte e oito dias, aumentado assim treze dias. Desconhece a razão, mas houve, certamente, vicissitudes, talvez devido à saída de equipas, que agravou o prazo médio dos pagamentos, havendo que se fazer uma melhor gestão de tesouraria. -----

Por último, fugindo da parte técnica, o Município cumpre o limite, graças aos serviços técnicos, a quem agradeceu o trabalho em prol do erário público, o preparar uma prestação de contas em tão curto espaço de tempo. Mas, este limite dos 85% que antecipa a necessidade do Tribunal de Contas ter de tomar nota, o orçamento foi alterado e ajustado em sessão da Assembleia Municipal. Houve um ajustamento ao orçamento em que foram retirados cerca de sete milhões, daquele que era o maior orçamento de sempre, como o senhor Presidente tão bem proclamou, o que seria de encher de orgulho qualquer penelense. Olhando para aquilo que era a despesa prevista, e olhando para aquilo que foi realizado, a execução não chega aos quarenta e dois por cento. Se olharmos para os Planos Plurianuais, então não chega aos vinte por cento. Constata-se aqui que o plano que foi anunciado não foi conseguido. Como diria o ex-Primeiro Ministro, António Costa, numa expressão que ficou muito popular, "ficou pouquinho". -----

*O Deputado **Paulo Roxo**, passou a ler a sua apreciação, cujo texto se transcreve.-----*

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e -----

Senhores Deputados, Leonor, Público presente e público que nos segue pelas redes sociais, -----

O Relatório de Gestão de 2025 merece, antes de mais, uma leitura serena e responsável. -----

Estamos perante um documento que evidencia uma gestão municipal consistente, com contas equilibradas e com uma preocupação clara de rigor na utilização dos recursos públicos. -----



Esse rigor é, aliás, confirmado pelo relatório dos Revisores Oficiais de Contas, que valida a conformidade das demonstrações financeiras e não identifica situações que coloquem em causa a estabilidade financeira do Município. -----

Importa também sublinhar alguns aspetos que considero relevantes. -----

Desde logo, o Município mantém indicadores financeiros sólidos, designadamente ao nível da liquidez, da redução da dívida e da inexistência de pagamentos em atraso, o que revela capacidade de gestão e compromisso com os fornecedores e com a economia local. -----

Por outro lado, o relatório evidencia um conjunto significativo de projetos e intervenções em curso, em diferentes áreas, que traduzem uma linha de atuação orientada para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria das condições de vida da população. -----

Naturalmente, como em qualquer exercício de gestão, existem desafios e constrangimentos, em particular no que respeita à execução de investimento, num contexto que todos reconhecemos como exigente, nomeadamente no setor da construção e nos processos associados ao financiamento externo. - Mas o que importa reter é que o Município mantém uma trajetória de investimento e uma capacidade de resposta que não foi interrompida. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Este relatório permite-nos, acima de tudo, ter uma visão clara da situação económica e financeira do Município e acompanhar, com transparência, a evolução da sua atividade. -----

É esse o seu principal valor.

E, nesse sentido, parece-me justo reconhecer o trabalho desenvolvido e o esforço de gestão que este documento reflete. -----

Muito Obrigado. -----

O Deputado **João Rui Horta**, referiu que “a análise do Relatório de Gestão 2025 deve ser feita com seriedade e sobretudo com um sentido de responsabilidade. O documento demonstra, de forma clara, que o Município manteve ao longo de 2025 uma gestão financeira equilibrada, tecnicamente rigorosa e orientada para o interesse público. Isto não é uma opinião, mas um facto confirmado por pareceres de entidades independentes. O relatório dos revisores oficiais de contas avalia as contas do Município, não identificando qualquer situação de desequilíbrio financeiro, nem qualquer irregularidade relevante. Mais, o Município terminou o ano 2025 sem pagamentos em atraso, com um prazo médio de pagamentos dentro dos limites legais e com a redução de dívida. Isto significa uma coisa simples, há rigor, há controlo e há responsabilidade na gestão. Este relatório também nos obriga a fazer uma leitura honesta sobre a execução do orçamento, dando um exemplo, paralelo, relativo à atividade que conhece, relacionada com o financiamento automóvel, concluindo que, se houver limitações por atrasos e dificuldades graves no setor da habitação pelos mais diversos motivos, na prática as obras não avançaram e não aconteceram. Não é, por isso, culpa do executivo municipal. Não são argumentos políticos, mas factos, de que, a sociedade está ciente pelas notícias que chegam, diariamente, através dos media, sobre a implementação dos vários pontos do RRP. Temos alguns exemplos concretos no nosso município, projetos habitacionais que não avançaram dentro dos prazos previstos, não por falta de vontade política do município, mas por atrasos na aprovação central ou ausência de concorrentes nos concursos públicos. Perante isto, a pergunta que devemos fazer não é porque é que não executaram mais, mas sim, o que fizeram perante esses constrangimentos. A resposta relativamente a isso é clara e



está no relatório. Os projetos estão financiados, os compromissos estão assumidos, o investimento está em curso, ou seja, não houve recuo, houve uma adaptação. Em gestão pública o que devemos chamar a isso é responsabilidade. Quanto à despesa com o pessoal, que também já foi falado, mais uma vez, vai tocar em ponto já comentados, mas, no fundo importa repôr a verdade do tema. O que se verificou não foi um aumento arbitrário de salários, foi o cumprimento de decisões nacionais, nomeadamente atualizações salariais, progressões de carreira e o reforço dos serviços que correspondem diretamente às necessidades da população. Porque há uma escolha que o executivo fez, e bem, em não sacrificar os serviços públicos. Senhoras e Senhores Deputados, gerir não é apenas executar o orçamento, é garantir estabilidade e preparar-se para o futuro, é tomar decisões responsáveis, mesmo quando há um contexto adverso. É isso que importa e o que este relatório demonstra. Temos de discutir opções políticas, isto faz parte da democracia, não podemos ignorar o essencial. Penela tem contas equilibradas, investimento contínuo e tem uma questão conhecida e rigorosa reconhecida por entidades independentes. Basicamente, é isto que é importante enfatizar, destacar e merece ser reconhecido. -----

Muito obrigado.-----

Colocado o assunto a votação, a Assembleia Municipal ao abrigo e para os efeitos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, ambos na sua atual redação, deliberou, por maioria, com e nove abstenções da bancada do PSD, aprovar os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2025, tendo o mesmo apresentado a seguinte declaração de voto.-----

Declaração de Voto da Bancada do PSD:-----

Esta Prestação de Contas de 2025, ano em que fica marcado por ano eleitoral e por ter sido rotulado como o “maior orçamento de sempre”, também fica marcado pela revisão em baixa em quase 7 milhões de euros, cerca de 30% do valor do orçamento anunciado, tendo ficado então a taxa de execução da receita, após esta alteração, no limiar previsto pela Lei das Finanças Públicas. -----

Os dados apresentados confirmam uma realidade preocupante: a fraca execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – apenas 15% do valor previsto –, ano em que foi anunciado o “maior orçamento de sempre”. Este orçamento ficou marcado pela incapacidade de concretizar projetos importantes inscritos nas Grandes Opções do Plano, como na área da Habitação e do Centro de Saúde, com impactos diretos na vida das pessoas e no futuro do concelho. -----

A execução do Programa da Habitação, assumido pelo executivo como a prioridade absoluta e eixo central da sua ação, está praticamente por realizar o que evidencia um desfazamento inaceitável entre ambição política e capacidade real de concretização. -----

Os exemplos no terreno são elucidativos e não deixam margem para dúvidas. Dos 72 fogos anunciados, apenas 24 estão em construção. Na Venda das Figueiras avançam a ritmo minimamente aceitável 12 fogos. Em Penela, na Urbanização da Camela, apenas 12 fogos estão em construção, mas a um ritmo que coloca poucas dúvidas que esta empreitada não irá garantir a totalidade do financiamento PRR previsto. Os restantes 23 fogos em Penela e os 25 no Espinhal, não se encontram adjudicados. Verifica-se assim, a incapacidade de transformar compromissos em obra feita. -----

As consequências desta ineficácia são sérias: compromete-se a resposta prometida à crise habitacional assim como a capacidade de fixação de jovens, a competitividade territorial e coloca-se em risco a plena



utilização dos fundos comunitários do PRR, podendo resultar na perda de financiamento essencial para o desenvolvimento do concelho. -----

Aquilo que foi apresentado como o “alfa e o ómega” da política municipal “A Habitação” revela-se, neste relatório, como um fracasso. -----

Sobre os números, o ano de 2025, o ano do maior orçamento de sempre, o volume das transferências de capital auferidas diminuiu 12,46% face a 2024. As receitas próprias reduzem 8,06%. Os gastos correntes diminuíram 4,17%, por força da menor contratação de serviços especializados no âmbito das candidaturas e/ou projetos a desenvolver e pela diminuição dos custos com os transportes, fruto da nova mobilidade da Região Metropolitana de Coimbra. No ano em que o número de efetivos se manteve nos 147 colaboradores, destacamos ainda os gastos com pessoal, em que o Município registou um aumento de 9,22% face ao ano transacto, tendo representado 36% de toda a despesa incorrida. -----

Perante este quadro, subsistem muitas reservas políticas e estratégicas relevantes, relativamente às ações do município no ano 2025, pelas falhas preocupantes na realização de investimento e pela perda de eficiência operacional, traduzido através do aumento relevante dos gastos com pessoal. No entanto, com sentido de responsabilidade política, de acreditarmos que estamos todos a lutar por uma Penela melhor, bem como pelo reconhecimento do trabalho dos serviços, o Grupo Municipal do PSD abstém-se à prestação de contas de 2025. -----

Esta abstenção é, assim, um sinal inequívoco de exigência política e um alerta sério para a necessidade de mudança de rumo, sob pena de se continuar a desperdiçar oportunidades e a falhar compromissos assumidos com a população. -----

PONTO CINCO - REVISÃO AO ORÇAMENTO 2026 – 1ª. REVISÃO: Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi pedido ao Presidente da Câmara, que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

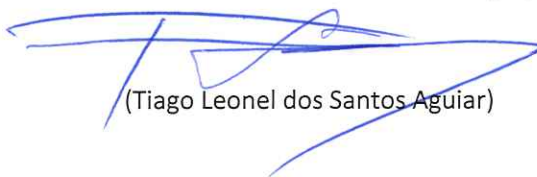
O **Presidente da Câmara** teceu alguns comentários generalistas sobre o assunto, dando conta de que, a presente revisão, resulta do encerramento das contas de dois mil e vinte e cinco e da necessidade de incorporar o saldo de gerência. -----

De seguida, foi pelo Presidente da Mesa colocado o assunto a discussão. -----

Não havendo pedidos para intervir foi o assunto colocado a votação, tendo a Assembleia Municipal em conformidade com a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei deliberado, por unanimidade, aprovar a primeira Revisão ao orçamento dois mil e vinte e seis. -----

ENCERRAMENTO: Cumpridas as formalidades, o Presidente da Assembleia Municipal deu, de seguida, por terminada a sessão, agradecendo a colaboração e o trabalho proveitoso e a encerrando os trabalhos quando eram vinte e duas horas, depois de aprovada, por unanimidade, a presente ata em minuta, que vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Maria Leonor dos Santos Carnoto, que a redigi. -----

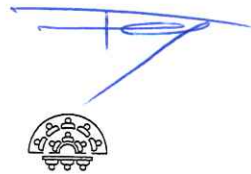
O Presidente da Assembleia Municipal,



(Tiago Leonel dos Santos Aguiar)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



A Técnica Superior,

Maria Leonor dos Santos Carnoto
(Maria Leonor dos Santos Carnoto)